

ADELÍCIA PINTO TAVARES

TEMA:

**O PAPEL DOS INDICADORES NA PILOTAGEM
E SEGUIMENTOS DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS**

LICENCIATURA EM GESTÃO E PLANEAMENTO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO SUPERIOR DA EDUCAÇÃO (ISE), 2006

ADELÍCIA PINTO TAVARES

**O PAPEL DOS INDICADORES NA PILOTAGEM
E SEGUIMENTOS DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS**

Trabalho Científico apresentado ao Instituto Superior da Educação para obtenção do grau de Licenciatura em Gestão e Planeamento da Educação, Sob a orientação do Dr. José Lino da Veiga Silva.

Elaborado pela **Adelícia Pinto Tavares**, aprovado pelos membros do júri, foi homologado pelo Conselho Científico Pedagógico, como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciatura em Gestão e Planeamento da Educação.

O júri:

Praia, de de 2006

Dedicatória

Aos meus pais, pela razão de eu ter nascido;

A todos os meus Familiares, com amor e carinho.

AGRADECIMENTOS

Após um longo percurso deste trabalho, gostaria de agradecer todos aqueles que contribuíram para que o mesmo atingisse a esse patamar:

Ao meu orientador Dr. José Lino da Veiga Silva, um agradecimento especial, tanto na orientação como pelos documentos facultados e correcção científica deste trabalho;

Aos meus pais pelo apoio e incentivo ao longo desses anos e todos aqueles que incondicionalmente me apoiaram durante os meus estudos;

Ao Sr. Joaquim Almeida da Direcção Geral de Alfabetização e Educação de Adultos (DGAEA), um especial agradecimento pelo apoio concedido;

À minha irmã Edna Pinto Tavares pelo apoio prestado;

À minha família de uma forma geral e em particular ao meu tio Eduardo, que me ajudou bastante nos meus estudos;

A todos os meus professores que me transmitiram conhecimentos valiosos ao longo desses anos;

A todos os meus colegas que me incentivaram durante o curso e durante este trabalho;

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
Contextualização/Justificação	8
Hipóteses	9
Metodologia.....	9
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
CAPITULO I : POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DA EDUCAÇÃO EM CABO	
VERDE	13
1.1 - Educação no período antes da independência	13
1.2 A Educação no período pós independência	14
CAPITULO II : ANÁLISE SISTÊMICA DE EDUCAÇÃO EM CABO VERDE. 23	
2.1 Conceito de sistema educativo	23
2.2 Classificação dos sistemas educativos.....	24
2.4 O sistema educativo cabo-verdiano	26
CAPITULO III: OS SISTEMAS DE INDICADORES DA EDUCAÇÃO E A	
ANÁLISE DA SUA PERTINÊNCIA.....	31
3.1 Sistemas de informação para construção de indicadores.....	31
3.2 Sistemas de indicadores e a sua pertinência	33
3.3 Os principais indicadores da educação	36
CAPITULO IV: EVOLUÇÃO RECENTE DOS PRINCIPAIS INDICADORES	
DA EDUCAÇÃO EM CABO VERDE	43
4.1 Indicadores de acesso	43
4.2 Indicadores de eficácia interna	45
4.3 Indicadores de alfabetização de adultos	49
4.4 Indicadores de financiamento	51
CONCLUSÃO.....	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, cuja temática é “*O Papel dos Indicadores na Pilotagem e Seguimento das Políticas Educativas*”, enquadra-se no âmbito de uma investigação visando a elaboração da memória monográfica para a obtenção do grau de Licenciatura em Gestão e Planeamento da Educação na vertente (Gestão e Planeamento) pelo Instituto Superior da Educação.

Estudar o papel dos indicadores a nível da educação é uma forma de compreender as políticas aplicadas neste sector e as mudanças que elas provocaram nas áreas económicas e sociais. Esse estudo torna-se ainda mais pertinente dado o papel atribuído a este sector após a independência e a importância das políticas educativas no desenvolvimento do país, visto que, a educação é uma área eminentemente social, que adquire cada vez maior interesse à medida que a sociedade se desenvolve e se torna mais complexa. Daí resulta a necessidade de se atender a natureza das relações da educação com a dinâmica da sociedade em que se insere.

O nosso objecto de estudo centra-se nos indicadores da educação e nas políticas educativas.

Assim, propomos como o objectivo geral para o trabalho o seguinte: conhecer o papel dos indicadores da educação na definição das políticas educativas e na tomada de decisão.

Esse objectivo geral desdobra-se nos seguintes objectivos específicos:

Estudar as políticas e estratégias aplicada à educação;

Identificar os indicadores mais utilizados na pilotagem do sistema educativo;

Analisar a pertinência dos indicadores no processo de tomada de decisão;

Demonstrar a importância dos indicadores na pilotagem, e seguimento das políticas educativas.

O presente trabalho está estruturado por uma introdução onde vêm explícitos, os objectivos, a justificação da escolha do tema, a hipótese e a metodologia do trabalho; a fundamentação teórica; o I capítulo, que aborda o tema políticas educativas políticas e estratégias da educação em Cabo Verde com realce para a situação da educação no período antes e pós da independência; o II capítulo, que apresenta a análise sistémica da

educação em Cabo Verde, onde se desenvolve o conceito de sistema e a sua classificação; o III capítulo, que aborda os sistemas de indicadores da educação e análise da sua pertinência; analisa-se os sistemas de informação e a sua importância para construção de indicadores da educação; os principais indicadores da educação e a sua pertinência no desenvolvimento do sistema educativo; o IV capítulo, que descreve a evolução recente dos principais indicadores da educação em Cabo Verde. Nesse capítulo ainda foi abordado a evolução dos indicadores de acesso, de eficácia interna, de educação de adultos e de financiamento. Por último, a conclusão, e as referências bibliográficas.

Contextualização/Justificação

As razões da escolha deste tema prendem-se com o desejo de aplicar as técnicas de planeamento da educação adquiridas durante o curso, tendo como ponto fulcral o papel dos indicadores na pilotagem e seguimento das políticas educativas.

O tema acima referido tem uma grande importância visto que os indicadores de ensino nos fornecem informações precisas e aceitáveis sobre o estado da saúde dos sistemas escolares e sobre os resultados dos investimentos no sector da educação.

Os indicadores identificados neste trabalho, fornecem informações sobre alunos, turmas, corpo docente, alfabetização e educação de adultos, assim como afectação de recursos humanos, materiais e financeiros. Fizemos um trabalho de pesquisa sobre o papel dos indicadores, que vão nos oferecer a chave para entendermos as reacções e os comportamentos dos sistemas educacionais, e chamar a atenção sobre os mecanismos que asseguram o seu funcionamento.

O Estado como entidade dinamizador da sociedade e das políticas educativas, compete-lhe fazer as opções em matéria da educação, assim como a sua implementação. Nesta óptica, ao nível conjuntural, as políticas educativas são resultados de processos de negociação/luta, entre forças sociais, económicas e políticas potencialmente conflituais, cabendo sobretudo ao Estado o papel/função da sua elaboração e execução.

Partimos da ideia de que avaliar a educação pressupõe, antes de tudo, avaliar o sistema educativo, os recursos do sistema e o seu nível de utilização, (a eficiência interna) e a situação educacional da população e seu impacto no desenvolvimento do país, (eficiência externa).

Actualmente, a educação em Cabo Verde é caracterizada por uma grande explosão na frequência escolar em todos os níveis de ensino, situação resultante das mudanças que ocorreram no período pós-independência, no âmbito das políticas de promoção educativa, cultural, social e do desenvolvimento sócio-humano e económico da população cabo-verdiana. Com efeito, regista-se por um lado, uma grande procura dos serviços do Pré-escolar, consequência da interiorização da importância desse nível do ensino no desenvolvimento global da criança e a sua preparação para a vida escolar. Por outro lado, há uma grande expansão do Ensino Secundário em decorrência dos resultados obtidos com a implementação das reformas encetadas no subsistema do Ensino Básico e uma crescente procura social de ensino superior, provocando uma forte pressão sobre o sistema educativo por parte da sociedade relativamente à questão da qualidade, eficiência, coerência das políticas, estratégias, medidas e realizações implementadas.

Com este trabalho pretende-se fornecer informações estatísticas que estão interligadas com a construção de indicadores da educação.

Hipóteses

1. A política nacional da educação constitui um conjunto de decisões, orientações e medidas de políticas pelos quais se devem orientar o funcionamento do sistema educativo cabo-verdiano, com a finalidade de dar resposta às exigências da sociedade em matéria de formação e qualificação de recursos humanos. Por isso, os indicadores fornecem pistas para a tomada de decisões e medidas de políticas educativas que garante a melhoria da prestação do serviço educativo à sociedade cabo-verdiana.

2. Os indicadores da educação contribuem bastante para a eficácia interna (ou o rendimento interno) de um sistema. Eles permitem medir a capacidade de formar o maior número possível de alunos entrados no sistema educativo numa data determinada, no menor espaço de tempo e com os recursos humanos financeiros disponíveis.

Metodologia

A metodologia utilizada segue os pressupostos estabelecidos para elaboração de um trabalho de investigação a desenvolver no final do curso.

A abordagem metodológica proposta para a materialização da investigação pretendida visa essencialmente atingir os objectivos propostos. Por isso, baseou-se em análise documental e revisão bibliográfica.

Análise documental: para esta análise utilizou-se os documentos cujas referências têm a ver com os indicadores da educação e política educativa, fez-se levantamentos dos indicadores nacionais utilizados para avaliação dos sistemas educativos, pesquisas publicadas na área da educação nomeadamente: as Grandes Opções do Plano (GOP), Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), Programa do Governo para a VI e VII legislaturas, Plano Estratégico para a Educação (2003), as leis relativas à Educação, Constituição da República, Lei de Bases do Sistema Educativo, entre outras legislações.

Revisão bibliográfica: de igual modo efectuou-se uma revisão bibliográfica, tendo como objectivo estudar alguns autores com trabalhos nessa área, nomeadamente, Gilbert Des Landsheere (1992), Claude Akabie e Bernard Audinos (2001), fez-se uma análise dos documentos normativos relativos ao sistema educativo cabo-verdiano, com informações pertinentes para a nossa investigação, tais como, Lei de Base do Sistema Educativo, Decreto-lei n.º 43/2003, de 27 de Dezembro e Portaria nº 53/94, de 6 de Setembro.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Um indicador é uma estatística directa e válida que dá informações sobre o estudo e as mudanças de grandeza e natureza, ao longo do tempo, de um fenómeno social tido como importante, uma medida que serve de pilotagem. Em educação, os indicadores informam de maneira especial, sobre a saúde e qualidade de funcionamento do sistema, os conhecimentos dos alunos, as suas capacidades, a evolução positiva ou negativa, as diferenças significativas que podem existir em determinado momento, entre áreas geográficas ou instituições.

Um sistema de indicadores deverá também dar informações sobre o modo como os indicadores medidos conjugam a sua influência de modo a dar origem a situação e a evolução do sistema educativo, (Gilbert Des Landsheere (1992, p 447).

Um dado é uma informação qualitativa ou quantitativa tratada estatisticamente e útil a tomada de decisões. Uma estatística é um dado quantitativo. Os indicadores são estatísticas qualitativas que podem ser utilizados nos sistemas de pilotagens, (resultados de testes, taxa de abandono escolar, etc.).

O mesmo autor refere que um indicador pode servir de sinal de alerta para procurarmos as causas. Desperta a atenção e convida à acção (pilotagem). É também, um instrumento de comunicação.

Nem toda a estatística relativa à educação é válida como indicador. Assim por exemplo, conhecer o número de escolas de uma região não nos diz nada sobre a qualidade do que aí se faz. Um número só adquire significado se puder ser interpretado em relação a um ponto de referência: evolução de uma mesma estatística, comparação com medições semelhantes feitas noutros locais. O mais importante é dispor de meios para ser correctamente informado sobre a qualidade da educação (Gilbert des Landsheere 1992).

O mesmo autor refere que conceber indicadores, é pois, uma operação em que intervêm considerações filosóficas (juízos de valores), políticas e técnicas que sejam importantes, válidos, de fácil utilização, credíveis e que conduzam à melhoria das situações.

Exercer a pilotagem é mais do que acumular indicadores, pois, ela tem necessariamente três componentes: Recolha regular de informações; Avaliação das

informações e, sobretudo, a tradução em acções institucionais ou em sanções, isto é, em aprovação ou reprovação. Pode-se, por exemplo, chegar à conclusão que determinado objectivo foi ou não atingido de maneira satisfatória.

A estatística que se publica habitualmente sobre educação fornece informações quantitativas, (orçamento, números de diplomados), enquanto que os indicadores ajudam a perceber melhor o funcionamento qualitativo dos sistemas e os resultados por estes alcançados.

Segundo Oakes, (1986) há cinco grandes características dos indicadores: definidos de maneira simples e operatória; não mistura medidas díspares num indicador global para representar o produto da educação que revelam problemas, mas não fornecem soluções; A interpretação dos indicadores é pelo menos tão importante como a sua elaboração. Para se fazer uma ideia de conjunto de uma situação há que aprender a articular os indicadores observando as tendências de cada um ao longo do tempo; os indicadores ajudem a formular a política educativa.

Segundo Claude Akabie e Bernard Audinos (2001) os indicadores são instrumentos que devem permitir dar conta da situação do sistema educacional no conjunto da comunidade educativa, ou dito de outra maneira no conjunto do país.

É preciso não confundir um indicador com uma lista de quadros produzidos para um anuário estatístico ou para responder a necessidade de gestão. Um indicador não é uma informação elementar, trata-se de uma informação elaborada para poder estudar um fenómeno educacional.

Os mesmos autores defendem que um bom indicador tem duas funções essenciais.

Instrumento técnico de pilotagem das políticas educativas, que permite medir as características do sistema educativo, estabelecer um diagnóstico da situação actual e as tendências recentes, formular uma política educativa com os objectivos quantitativos precisos e medir as diferenças em relação aos objectivos fixados;

Instrumento destinado a facilitar comunicação entre os diferentes parceiros sociais, dar as informações claras e compreensíveis e facilita o diálogo entre especialistas, decisores, políticos, actores da sociedade civil.

CAPITULO I : POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DA EDUCAÇÃO EM CABO VERDE

1.1 - Educação no período antes da independência

Durante o período colonial, até 1975, a educação em Cabo Verde conheceu variações importantes em função das mudanças políticas, sociais económicas e culturais que se foram registando no sistema colonial português. Tomando em consideração o contexto histórico não é difícil entender o porquê dessas variações.

Desde a descoberta de Cabo Verde, em 1460, até ao fim do séc. XIX as preocupações com a educação foram praticamente nulas, não obstante o papel de ladinização/cristianização¹ atribuído às ilhas no processo de tráfico de escravos. Essas tentativas partiam das instituições missionárias.

Segundo dados a primeira escola primária surgiu em 1817, na Praia, actual Cidade Capital de Cabo Verde, a funcionar, precariamente, tendo passado a escola principal, por Decreto de José Falcão, Agosto de 1845, que lançou as primeiras bases para a criação da escola pública no Ultramar e definiu os princípios orientadores da instrução primária (mas a escola só começa a funcionar em Outubro de 1848).

O primeiro estabelecimento de ensino secundário, de carácter religioso e laico, foi o Seminário, criado em 1866, que passou a Seminário/liceu em 1892, pelo Decreto de 3 de Setembro, mantendo-se durante várias décadas (51 anos) como o único estabelecimento de ensino secundário desta colónia e funcionou na ilha de S. Nicolau.

A partir de 1889 começa-se a notar maior afluência de pessoas aos estabelecimentos de ensino. Apesar do aumento dos efectivos, os resultados ficavam muito aquém dos desejados. Uma educação a serviço dos interesses da Metrópole (Portugal) e, portanto, defensora da ordem colonial instituída. Um ensino básico teórico e, como tal, defasada da vida e da prática social cabo-verdiana. Afinal para a sociedade dominante quanto mais ignorante for os dominados menor é o seu poder de crítica.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a par de modificações no plano económico “obrigou” que os portugueses passassem a encarar o ensino de uma outra maneira, ou seja, começaram a ver a necessidade de adoptar algumas políticas de

13

¹ Alguns escravos trazidos da costa ocidental da África e não só, para Cabo Verde, particularmente para a ilha de Santiago, passavam por um período de instrução com a finalidade de facilitar a comunicação com os donos, por um lado, e também por que essa escolarização permitia que fossem vendidos por um preço mais elevado.

educação de massa em detrimento duma minoria. Nessa sequência, fruto das transformações sociais, houve uma multiplicação das estruturas escolares e a tentativa de adaptá-las a uma maior afluência e maior qualidade da educação, de acordo com as necessidades locais.

A partir da década de 50 começam a ganhar força os movimentos de libertação nacionais das então colónias. Por isso, e também por causa da pressão da opinião pública internacional, foram introduzidas mudanças na política colonial com reflexos na educação. Os reflexos dessas mudanças traduziram-se numa expansão da educação nas colónias, muito embora limitada ao ensino primário visando a imposição dos valores, cultura e identidade portugueses. A assimilação apresentava-se como meta a atingir e a língua portuguesa obrigatória como elemento de integração.

Em 1960, é inaugurado, na Praia, o Liceu Adriano Moreira, hoje Liceu Domingos Ramos”

1.2 A Educação no período pós independência

Com a independência nacional, em 5 de Julho de 1975, começaram os preparativos para a implementação progressiva de um sistema de ensino no país, com os objectivos da reconstrução nacional, isto é, a liquidação da miséria, a elevação progressiva do nível de vida e a libertação de todas as formas de exploração, visando criar uma sociedade livre independente e progressista. Afinal, para superar a situação de opressão e ascender a uma sociedade livre era necessário vencer a ignorância.

Cabo Verde como nação livre/autónoma precisava “andar pelos próprios pés”, ou seja, precisava definir o seu modelo de desenvolvimento sustentável², que permitia a integração da sua economia na dinâmica da economia mundial.

Sem recursos naturais e financeiros para começar o processo de desenvolvimento, a alternativa possível residia no investimento no capital humano como suporte de qualquer processo de desenvolvimento.

A educação constitui a base fundamental para o desenvolvimento, o que quer dizer que a fraqueza de outros meios pode levar à existência de factores de bloqueamento do

14

² O desenvolvimento sustentável é entendido aqui como sendo um desenvolvimento que garante a satisfação das necessidades básicas das populações, sobretudo as mais desfavorecidas, sem por em risco a possibilidade, das gerações vindouras terem acesso aos bens que também lhes garantem as necessidades básicas.

crescimento e à dinâmica do desenvolvimento, com consequências sobre o próprio sistema educativo.

Assim sendo, é com naturalidade que após a independência, os primeiros governos, nos seus discursos políticos, elegeram a educação como prioridade, mais concretamente a educação básica de crianças, jovens e adultos.

A educação, a partir de 1975, começa a dar os primeiros passos rumo à massificação. Ela passa a ser um direito não só das classes mais favorecidas, dos grandes proprietários de terras, dos comerciantes, dos funcionários públicos e das famílias dos emigrantes, mas também daqueles que não possuem recursos.

Por isso os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), têm incorporado a ideia central de que o desenvolvimento da educação constitui a premissa fundamental para o sucesso de qualquer política de desenvolvimento.

A Política Nacional da Educação tem sido materializada através de um conjunto de decisões, orientações e medidas de política pelas quais se tem orientado o funcionamento e o desenvolvimento do sistema educativo cabo-verdiano, com a finalidade de dar resposta às exigências da sociedade em matéria de formação e qualificação de recursos humanos.

Baseando-se nos preceitos constitucionais aplicáveis, a política nacional da educação está consubstanciada, actualmente:

No Programa do Governo para a VI Legislatura (2001-2005);

Nas Grandes Opções do Plano (Lei nº 8/VI/2002, de 11 de Março).

No Plano Nacional de Desenvolvimento (2002-05), que inclui o Plano Nacional de Desenvolvimento do sector da Educação;

No Plano Nacional de Educação para Todos (2002-2010);

No Plano Estratégico para a Educação (2003-2015).

Com a Independência Nacional, marcava-se a primeira fase que pode ser identificada entre 1975 e 1980, onde se privilegiou estudos para a implementação de um sistema de ensino adequado à nova realidade, tendo sido objecto de análise no I Encontro Nacional de Quadros da Educação (Novembro de 1977) na cidade de Mindelo. A necessidade da educação se adaptar às necessidades e de manter a comunidade em estreita ligação com o trabalho produtivo é reforçada.

O ensino secundário, após a independência (1975), mantinha a mesma estrutura da época colonial, pois, ainda não tinha sido alvo de reforma, dada a sua maior complexidade, a falta de quadros e as limitações financeiras, tendo apenas sido

reformuladas os conteúdos programáticos nas disciplinas de História, Filosofia e Formação Política.

No ensino secundário, a ausência de disciplinas com objectivos práticos, a formação académica de carácter geral bastante extensa, a falta de orientação profissional dificultada pela rigidez curricular desajustada da realidade sócio – político de Cabo Verde e a ausência de lógica intrínseca no curso complementar, impedem a maioria de aceder ao ensino superior.

O primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento I PND, (1982/85), que corresponde a segunda fase de evolução do sistema educativo, foi uma etapa do processo de desenvolvimento definida e de criação de condições favoráveis ao desenvolvimento extensivo.

A coexistência de estruturas e práticas de períodos diferentes conduziu a um desfasamento das exigências da concretização dos objectivos no desenvolvimento.

Os principais problemas encontrados foram a fraca rentabilidade do ensino, o baixo nível de qualificação do corpo docente (com reflexos na qualidade do ensino ministrado), a insuficiência de rede física escolar aliado a falta de equipamentos (recurso ao tresdobramento e a aluguer de salas, nem sempre com as melhores condições), a ausência de ensino profissional, a inadaptação dos planos de estudos e dos programas às realidades nacionais, a deficiente cobertura dos programas de acção social escolar (com problemas alimentares na população escolar), os problemas de carácter institucional e administrativo, foram os principais problemas encontrados pelo I PND. Para o efeito o Ministério de Educação e Cultura propôs-se a:

Realizar estudos e preparar os meios materiais e humanos necessários à implantação de um ensino de educação e formação coerente com a opção de desenvolvimento.

No quadro da política de recursos humanos, analisa a necessidade de reorientar a política de formação de quadros médios e superiores, tendo em consideração as necessidades ao longo prazo, sendo necessária uma nova orientação na política de formação no exterior, privilegiando os cursos médios.

Os objectivos da educação foram, até aqui, sobretudo políticos, com destaque pela importância da educação de base na consciencialização do indivíduo e na afirmação na identidade cultural nacional.

As principais razões apontadas no I PND para baixa eficácia de rentabilidade do sistema mantinham-se no final da sua vigência. O balanço do sistema educativo mostra que o desenvolvimento do sector tinha sido determinado, no essencial, pelas respostas

em termos educativos a uma procura social crescente da educação, sem que do lado da oferta tivesse sido possível introduzir o conjunto de alterações que permitissem uma maior democratização do acesso ao ensino para todas as classes sociais reduzindo nomeadamente as desigualdades existentes nos níveis regional e local no acesso aos Ensino Básico Complementar (EBC) e Ensino Secundário (ES).

A elevada procura social tinha-se traduzido em resultados negativos em termos de rendimentos e qualidade, face as situações reais (tresdobramento, aluguer de salas, recrutamento do pessoal docente sem adequada qualificação).

No EBC, a procura social, menor que no Ensino Básico Elementar (EBE), foi limitada aos centros urbanos cidades e vilas, zonas de fácil acesso dos poucos estabelecimentos existentes, não havendo estruturas de apoio à escolaridade nestes graus de ensino que facilitassem a frequência das populações mais carenciadas de outras ilhas ou concelhos³.

Qualitativamente não foram introduzidas alterações significativas nos conteúdos programáticos e curriculares e nem implementadas as metodologias adequadas a um ensino mais funcional, inserido na vida das comunidades e compatível, nas suas saídas, com as necessidades em economia em mão- de- obra qualificada, continuando a preparar os alunos para o ingresso no ES. Também neste nível a situação de imobilismo era evidente, com estrutura, conteúdos e metodologias praticamente iguais aos existentes antes da independência, apesar dos seminários e estudos entretanto realizados.

Terminado o período de vigência do I PND, os objectivos neles contidos não foram atingidos, apesar dos esforços empreendidos.

A segunda metade dos anos 80 marcava uma nova fase (a terceira) do sistema educativo, que se identificou com a transformação qualitativa da fase que corresponde à implementação do II PND (1986-90) que continuou a filosofia do anterior, apresentando objectivos mais restritos, procurando definir mais claramente as medidas institucionais e as políticas de apoio a educação tendo por base um programa de reforma do sistema educativo

Face aos resultados alcançados até então, o II PND apresenta como objectivos globais para a educação:

Promoção dos estudos necessários à definição e implementação da reforma do sistema educativo;

Melhoria do funcionamento do ensino Básico;

Criação das condições para a implementação progressiva da escolaridade obrigatória de seis anos;

Redução substancial dos níveis de analfabetismo da população;

Extensão do sistema extra-escolar;

Reforço das estruturas de planeamento sectorial e da formação de quadros da educação.

Nesta linha, continuam a propor-se acções de natureza social de incentivo e apoio à escolarização e redução das disparidades regionais e locais no acesso à escola. Mas a grande descontinuidade entre o EBC em termos de rede escolar e das metodologias, contínuas retirando unidade interna ao ensino básico (EB). Acrescem-se, ainda os estrangulamentos estruturais do sistema: insuficiência de recursos para responder à procura massiva; assimetrias regionais; baixa qualidade do ensino ministrado; desajustamento entre os perfis profissionais da formação e as necessidades do desenvolvimento; fragilidade dos incentivos escolares, e descontinuidade de articulação vertical e horizontal do sistema.

Para alterar esta situação, é iniciada, em 1987, a reforma educativa começando a ser aplicada de forma experimental nas 1ª e 3ª classes em algumas escolas.

Para garantir um funcionamento mais eficaz e uma melhor racionalidade/rentabilidade do ensino, foram tomadas algumas medidas:

Os indicadores mostraram que no EBE o número de escolas era insuficiente, o número de alunos por escolas aumentou ao nível nacional, houve um aumento significativo do número de salas (de 140 em 1985/86 para 156 em 1989/90), com um ritmo de crescimento anual de cerca de 4%, quando a taxa média de crescimento do EBE foi de 2,9% ao ano, registou uma ligeira melhoria do número médio de alunos por salas (de 64 para 61). Já no EBC, embora o número de salas tenha aumentando bastante, o número de alunos por sala manteve-se elevado, assim como o número de alunos por turmas em consequência do aumento de efectivos. Por outro lado, os problemas sociais crescem e a insuficiência de meios não permitiu a satisfação da procura apesar da pressão social ter aumentado e a educação não era capaz de responder às expectativas criadas.

A nível do ensino secundário foram adoptadas algumas medidas nomeadamente:

Introdução de limites de idade para todos os ciclos, sistemas de exames e de atribuição de notas submetido a um controlo central, racionalização da administração escolar, para aumentar a sua eficácia.

- A idade máxima de acesso ao 1º ciclo do ensino secundário é de 15 anos.
- A idade de permanência no 1º ciclo do ensino secundário termina aos 17 anos.
- Para o acesso ao 2º ciclo o aluno deverá apresentar o certificado de aprovação no 1º ciclo e ter a idade máxima de 16 anos;
- No acesso às diferentes áreas do 3º ciclo, para além dos critérios-chave, entram em jogo as classificações no 2º ciclo nas disciplinas específicas para a área de escolha.

Com as mudanças do sistema político e com o novo Governo eleito em 1991, na sequência das primeiras eleições pluripartidárias, não houve alteração na política educativa mas sim continuação da implementação da reforma. Assim o início da década de 90, quarta fase de evolução do sistema educativo, o III PND (1992/95) procura dar continuidade ao anterior. A educação é concebida como: *«Um sector fundamental do desenvolvimento e a política educativa como parte indissociável das políticas social e económica»*.

Identificadas as condicionantes de carácter económico e social que lhe são exteriores, continua-se à procura da democratização do acesso à educação, a sua extensão (para todos durante mais anos), bem como a melhoria do ensino.

As orientações e estratégias operacionais vão no sentido de corrigir os efeitos discriminatórios das condições socioculturais no acesso à educação de base e promover a universalização de acesso à educação no quadro formal e não formal.

O apoio pedagógico específico, a acção social escolar, a orientação escolar profissional e a criação de estágios profissionais, são formas de incentivos à escolarização obrigatória e ao sucesso educativo.

A elaboração de um programa de formação em exercício de professores, associado a programa de construções escolares para permitir o alargamento da escolaridade básica de 6 anos, gradualmente estendida a todas as escolas, tendo sido concretizado a generalização para todos os anos, a partir de 1996.

Foi introduzido um novo sistema de avaliação dos alunos sendo a retenção só podia ser feita no final da fase. Foram elaborados uma nova estrutura curricular, novos manuais, métodos e instrumentos pedagógicos, o novo sistema de avaliação contínua e formativa, a formação de professores em exercício e inicial, o aumento de cobertura em benefícios educativos nos domínios da alimentação, da saúde escolar, dos materiais

escolares, para o Ensino Básico, são indicativos de mudanças a introduzir com a generalização da reforma.

A igualdade de oportunidade, o livre desenvolvimento da personalidade e o direito à diferença e à expressão são as orientações de base da reforma que tem com objectivo geral, entre outros, integrar as camadas mais desfavorecidas.

A população escolar em 1994/95 ultrapassava 97 000 alunos com mais de 3600 professores. A taxa líquida de escolarização no EBE excedia os 97% e no EBC a 33%, com tendência para crescer, embora a taxa de repetência continuava elevada.

O IV PND (1997/2000) tem características inovadoras, sendo um plano indicativo para a economia, limitou-se a dar sinais aos agentes privados, nacionais e internacionais e vinculativo para todo o aparelho do Estado: administração central, local e empresas públicas.

Para a transformação estrutural do sistema educativo, várias acções foram desenvolvidas no âmbito da implementação da reforma do sistema educativo, a produção de novos planos de estudos, o alargamento e a melhoria da rede escolar, a implementação de uma nova estratégia no domínio de educação de adultos e a consolidação e alargamento do sistema de apoio sócio-educativos.

Os objectivos globais da educação neste período eram:

Avaliar o desenvolvimento da reforma do sistema educativo;

Melhorar a qualidade do ensino e o rendimento escolar;

Adoptar uma melhor orgânica institucional para o sector;

Envolver a família e a comunidade no desenvolvimento do sistema;

Promover o ensino privado.

Os principais problemas identificados neste plano eram: baixa taxa de cobertura da educação no ensino pré- escolar; apenas 40% das crianças com idade compreendida entre quatro e seis anos frequentam o ensino pré-escolar, o pessoal docente não tem ainda carreira profissional nem possui formação adequada em geral.

Mesmo com os problemas acima referidos houve a universalização do acesso à escolaridade básica ensino universal e obrigatório de seis anos passou a ser com a recente reforma do sistema de ensino, uma realidade em Cabo Verde. A rede pública de escolas foi reconvertida de forma a responder ao princípio da universalização do ensino básico.

Assim, constata-se que o último PND (2002/05), houve uma análise mais acurada de alguns indicadores de resultado demonstrando que algumas metas fixadas durante o plano anterior não foram alcançadas de forma satisfatória.

A evolução recente do sistema educativo cabo-verdiano, caracteriza-se por um crescimento tão acelerado que aumentou as insuficiências do sistema e os efeitos negativos decorrentes da fraqueza institucional. Algumas iniciativas dispendiosas e sub-avaliadas em termos de custos, vêm exercendo pressões insuportáveis sobre o orçamento, particularmente no momento em que a ajuda pública ao sector tende a diminuir. Esta situação recoloca o problema de fundo do financiamento do sistema e da sua sustentabilidade.

A procura de maior equilíbrio entre as expectativas sociais, as ambições técnicas e os objectivos por um lado e, por outro, os constrangimentos orçamentais decorrentes da situação económica do país constitui, seguramente, o desafio maior da sociedade cabo-verdiana no domínio da educação/formação e da sua sustentabilidade para os próximos tempos.

Num contexto de fragilidade institucional, de constrangimentos financeiros estruturais, de forte pressão da sociedade, de incapacidade de implementação de medidas/realizações em sintonia com a expansão quase descontrolada do sistema.

A urgência em se atender as demandas derivadas da forte procura do ensino e da formação, criaram-se vários pontos de tensão e de ruptura, particularmente a nível do secundário e da formação de quadros no exterior e mais especificamente no domínio das bolsas de estudo, fazendo com que “o sistema educativo enfrente dificuldades e constrangimentos estruturais com efeitos negativos evidentes sobre a qualidade, a equidade geográfica e social no acesso e a pertinência sócio-económica da educação.” Destacando-se, entre outros, os seguintes constrangimentos:

O nível de qualificação das monitoras e das orientadoras e os materiais didácticos disponíveis é bastante insatisfatório, O deficiente enquadramento e acompanhamento do pré-escolar contribui para a fraca eficiência do sistema, limitando a qualidade do processo de ensino aprendizagem e condicionando a preparação para o ensino básico;

As assimetrias existentes na qualidade da oferta educativa são também motivadas, quer pela existência de um número razoável de salas alugadas ou cedidas sem o mínimo de condições, quer pela existência de turmas funcionando em regime de tresdobramento em concelhos onde a falta de salas de aula é ainda significativa.

A eficácia do ensino básico é limitada, sobretudo, devido à falta de formação de muitos professores em exercício e pelo facto de utilizarem metodologias, sobretudo para o ensino da Língua Portuguesa e da Matemática, inadequadas ao contexto cultural e sociolinguístico dos alunos.

As escolas e os pólos educativos continuam a funcionar sem qualquer autonomia. A sua gestão, não fomenta nem facilita o intercâmbio de experiências com outras escolas e com o meio em que estão inseridas, não promove a procura de soluções inovadoras, nem proporciona uma participação efectiva dos pais e encarregados de educação na gestão escolar.

No ensino secundário a frequência não é obrigatória, como no ensino básico.

O ensino secundário destina-se a possibilitar a aquisição das bases científico tecnológicas e culturais necessárias ao prosseguimento de estudos e ao ingresso na vida activa e, em particular, permite pelas vias técnicas e artísticas a aquisição de qualificações profissionais para a inserção no mercado de trabalho. Este nível de ensino tem a duração de seis anos, organizando-se em 3 ciclos de 2 anos cada: um 1º ciclo ou Tronco Comum; um 2º ciclo com uma via geral e uma via técnica; um 3º ciclo de especialização, quer para a via geral, quer para a via técnica.

A maioria da formação de nível superior continua a desenvolver-se no exterior onde se localizam cerca de 70% dos estudantes.

Com a atribuição massiva de bolsas de estudo reembolsáveis para formação de quadros, criou-se um grave problema cuja resolução continua por decidir. Com efeito, o recurso ao financiamento bancário não foi acompanhado da devida avaliação dos custos e dos impactos orçamentais nem, tão pouco, com a definição prévia dos mecanismos para a sua gestão e reembolso.

A qualidade da educação nos seus diferentes níveis e modalidades está longe de proporcionar uma formação global e integrada e é insuficiente para as necessidades do desenvolvimento do país.

O desfasamento entre a realidade e as expectativas dos diferentes actores do processo educativo, as exigências de modernização e de equidade no acesso à educação, a falta crónica de recursos financeiros, exigem o estabelecimento de parcerias estratégicas entre o Estado, o sector privado e a sociedade civil para que a qualidade da educação possa ser melhorada e consolidada.

CAPITULO II : ANALISE SISTÉMICA DE EDUCAÇÃO EM CABO VERDE

2.1 Conceito de sistema educativo

Se um **sistema** é um conjunto de elementos organizados para a prossecução do mesmo fim, o sistema educativo pode ser definido como um conjunto integrado de estruturas, meios e acções diversificadas que, por iniciativa e sob a responsabilidade de diferentes instituições e entidades públicas, particulares e cooperativas, concorrem para a realização do direito à educação num dado contexto histórico.

Sabendo que o sistema é um conjunto de partes interligadas, em função de objectivos ou finalidades, para as quais se organiza, ele será diferente e qualitativamente mais importante do que a soma das partes que o constituem. Daí que o sistema educativo vem a ser um conjunto de estruturas e instituições educativas que agindo umas sobre as outras de forma integrante e dinâmica, combinam os meios e recursos disponíveis para a realização de objectivos comuns que é o de garantir a realização de um serviço educativo que corresponda, em cada momento histórico, às exigências e demandas de uma sociedade, (Varela 2004).

Os Sistemas podem ser classificados da seguinte maneira:

a) Quanto ao seu relacionamento com o meio ambiente externo em:

Sistemas abertos: quando há um intercâmbio muito grande com o meio ambiente externo, através de muitas entradas e saídas. São os sistemas orgânicos ou vivos, como as empresas, as pessoas e todos os seres vivos,

Sistemas fechados: quando o intercâmbio com o meio ambiente externo é restrito a entrada e saídas limitadas e previsíveis. São os sistemas mecânicos, como as máquinas e equipamentos, cujo funcionamento é determinado e previsível.

b) Quanto ao seu conteúdo distingue-se:

Sistemas concretos ou físicos: também denominados hardware, são os sistemas compostos de partes físicas e concreta, como máquinas, equipamentos, etc.

Sistemas abstractos ou conceptuais: também denominados software, são os sistemas compostos de partes abstractas e conceptuais, como políticas, directrizes, procedimentos, programas, normas, regulamentos, conhecimentos, etc.

O Ministério de Educação, por exemplo tem o seu hardware (edifícios, mesas, departamentos, gabinetes, etc.) e tem o seu software (leis, regulamentos, etc.). Para

funcionar, o Ministério precisa dos dois tipos de sistemas. Desta forma, o conceito de sistemas além de complexo, aplica-se a qualquer área do conhecimento humano.

2.2 Classificação dos sistemas educativos

À luz da teoria geral dos sistemas, podemos classificar o sistema educativo segundo Varela (2004) da seguinte forma:

- **Por sua relação com o meio** – é um sistema aberto, pois está em plena relação com o meio envolvente;

- **Por sua estrutura** – é um sistema composto, pois integra outros sistemas (subsistemas) que, por sua vez podem ser decompostos em outros níveis inferiores de análise.

- **Por sua previsibilidade** – é um sistema probabilístico, na medida em que é afectado por factores imprevisíveis ou limitadamente previsíveis, que impedem estabelecer inequivocamente que determinados inputs ao sistema provocarão efeitos certos e determinados;

- **Por seu dinamismo**, é um sistema dinâmico, visto que, para efeitos de seu estudo, são consideradas todas ou algumas de suas variações no tempo. Evolui consoante o contexto (espaço-temporal, socio-cultural, etc.);

- **Por sua estabilidade**, é um sistema relativamente estável, posto que tem uma capacidade média de resistência aos factores de perturbação ou inputs externos;

- **Por sua capacidade de regulação**, é um sistema eclético (um misto de sistema “auto-regulado” e de sistema “não auto-regulado”), ou seja: tem certa capacidade própria de governação/regulação mas não deixa de depender grandemente do meio para sua gestão ou regulação;

- **Por sua origem**, é um sistema artificial, posto que é obviamente criado pelo homem; **suas componentes**, é um sistema social, visto que está constituído por pessoas;

- **Por sua forma de regulação**, é um sistema conceptual (está formado por ideias, raciocínios) e de procedimentos (está formado por regras, normas ou instruções).

Da definição inicialmente sobre o sistema educativo, ressalta a necessidade de se debruçar sobre a estrutura do sistema educativo.

Assim, entende-se por estrutura de um sistema, a sua composição interna, a sua arquitectura organizativa ou a disposição especial das suas partes constituintes consideradas nas suas relações recíprocas (Varela 2004).

Uma estrutura é um sistema de transformações que se processam segundo leis reguladoras da totalidade sistêmica (por oposição às propriedades dos seus elementos), sistema esse que se conserva ou se enriquece pela própria dinâmica interna de suas transformações.

Uma estrutura compreende, segundo Jean Piaget, três características básicas, a saber: a totalidade, as transformações e a auto-regulação.

a) Totalidade – em sentido amplo, estrutura identifica-se com um sistema que apresenta leis ou propriedades próprias diferentes das leis ou propriedades dos elementos isolados do sistema. Na verdade, uma estrutura está formada por elementos ou subsistemas, mas estes subordinam-se às leis que caracterizam o sistema como tal, chamadas leis de composição. Tais leis “não se reduzem a associações cumulativas, antes conferem ao todo, como tal, propriedades de conjunto distintas dos elementos”.

b) Transformações – a totalidade das chamadas estruturas “estão estruturadas”, mas ao mesmo tempo “são estruturantes” de si mesmas, devido às suas leis de composição. E “uma actividade estruturante só pode consistir num sistema de transformações”. Na verdade, o sistema está estruturado por parcelas, mas as suas partes são, por seu turno, estruturantes do sistema. Segundo o tipo de estrutura, as transformações podem ser intemporais (por exemplo nas estruturas lógico-matemáticas) ou temporais (por exemplo nas estruturas de parentesco, que evoluem com o tempo)⁴.

c) Auto-regulação – Que as estruturas sejam auto-reguláveis significa que “suas transformações tendem à conservação ou ao equilíbrio do sistema estruturado, pois têm sempre por resultado elementos que pertencem ao próprio conjunto”. Por exemplo, ao somar ou diminuir números inteiros quaisquer, obtêm-se sempre números inteiros. Neste sentido, pode dizer-se que a estrutura se encerra em si mesma, mas isso não significa que a estrutura não possa ingressar como sub estrutura numa estrutura maior: as leis da sub estrutura não se alteram mas se conservam, de maneira que a mudança que se produz na estrutura é um enriquecimento desta.

Os três procedimentos essenciais da auto-regulação ou auto-conservação das estruturas são os ritmos, as regulações e as operações. As operações estão em função da auto-regulação das estruturas lógico-matemáticas; as regulações permitem a auto-regulação das estruturas temporais (estruturas psicológicas, sociológicas, linguísticas,

⁴ As estruturas lógico - matemático são intemporais pois 1+1 transformam-se imediatamente em 2, e 3 segue-se a 2 sem intervalo de duração ,etc. já as estruturas de parentesco são temporais porque, por exemplo, “casar-se leva tempo ,” etc.

etc.). Os ritmos estão presentes no processo de auto-regulação das estruturas que, como as biológicas, funcionam de acordo com um regime de periodicidade ou de ritmos fisiológicos.

Tendo em conta o que é estrutura de um sistema, por estrutura do sistema educativo entende-se, aqui, o conjunto das partes constituintes do sistema, (os subsistemas educativos).

2.4 O sistema educativo cabo-verdiano

Em cabo Verde, a lei de base do sistema educativo se encontra estruturado em três subsistemas a saber:

Pré-Escolar

Escolar (abrange o ensino básico, ensino secundário, ensino médio, ensino superior e modalidades especiais)

Extra- escolar desenvolve –se em dois níveis : a educação básica de adultos que abrange alfabetização de adultos, a pós alfabetização.

Além dos níveis de ensino, o sistema educativo comporta outros elementos ou subsistemas, como os de logística, apoio e complementos educativos, em que se destaca a Acção Social Escolar, que compreende os programas de apoios sócio-educativos desenvolvidos essencialmente, pelo Instituto Cabo-verdiano de Acção Social Escolar (ICASE), através de: Bolsas de Estudo; Transporte Escolar; Materiais Didácticos; Cantinas Escolares; Saúde Escolar, o subsistema de formação de professores, em que se destacam o Instituto Pedagógico, com as escolas de Assomada, Praia e Mindelo, e o Instituto Superior de Educação, com sede na Praia e um Pólo em Mindelo⁵.

O ensino pré-escolar. Destina-se segundo a nossa Lei de Bases do Sistema Educativo, a crianças com idades compreendidas entre 3 a 5 anos e é ministrada em estabelecimentos da educação pré-escolar, publicas e/ou privadas. Tem como objectivo, “uma formação complementar ou supletiva das responsabilidades educativas familiares”. Ela é realizada no quadro da protecção à infância e consta de um conjunto programado de acções educativas com uma dupla finalidade: o desenvolvimento das capacidades da criança de forma equilibrada tanto no ponto de vista educativo quanto no sentido da transmissão de segurança em termos psicológicos através de um processo

de socialização necessário ao ingresso, no sistema de educação escolar. Nos termos da Lei de Bases do Sistema Educativo, a educação pré-escolar é facultativa.

O Estado não assume a responsabilidade de directamente ministrar a educação pré-escolar, tem todavia, o dever de definir ou regular as bases em que deverá assentar a acção pedagógica a realizar-se a nível dos estabelecimentos da educação de infância, que têm a finalidade de contribuir na preparação das crianças dos 3 aos 5 anos de idade para a frequência do ensino básico obrigatório. É assim que aparece o presente diploma de enquadramento pedagógico⁶ dos jardins-de-infância, cuja função de propedêutica para o ingresso no sistema escolar deve ser assumida segundo as normas psico-pedagógicas, metodológicas e técnicas mais recomendáveis.

O Ensino Básico é universal, obrigatório e gratuito, abrange um total de seis anos de escolaridade, sendo organizado em três fases, cada uma das quais com dois anos de duração. Destina-se a crianças com idade dos 6 aos 12 anos, embora o estado garanta a frequência a todas as crianças na idade compreendida entre 6 e os 15 anos e pode ser cumpridas tanto em escolas públicas como em escolas privadas.

Na primeira fase, o sistema de avaliação dos alunos do ensino básico⁷ mantém-se como um processo único e contínuo de avaliação, com a duração de seis trimestres, abrange actividades com finalidade propedêutica e de iniciação, a segunda fase de formação geral, enquanto que a terceira visa o alargamento e o aprofundamento dos conteúdos cognitivos transmitidos. De acordo a Lei de Bases do Sistema Educativo, o ensino básico constitui um ciclo único e autónomo, com uma estrutura curricular caracterizada pela unidade e integração disciplinares, administrado em escolas básicas e assegurado em regime de professor único. Tendo em conta estas características e considerando os objectivos deste nível de ensino, definidos na citada lei, a portaria 53/93 aprova o Plano Curricular do Ensino Básico⁸ que é composto por 4 áreas curriculares a saber: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Integradas, (História, Geografia e Ciências da Natureza), e expressões. Nas 1ª e 2ª fases, a área de expressões decompõe-se em sub-áreas: expressão plástica, expressão musical e expressão dramática e físico-motora. Os pressupostos, que estiveram na origem desta decisão curricular, prendem-se com o grau de maturidade e motivações derivadas do contexto sócio-cultural do aluno. Finda a terceira fase curricular (6º ano), é concedido um diploma de

27

⁶ Decreto-lei n.º 4/01, de 1 de Fevereiro.

⁷ Decreto-lei n.º 43/2003, de 27 de Dezembro.

⁸ Vide Portaria nº 53/94, de 6 de Setembro. De notar a propósito que o plano curricular do ensino secundário não chegou a ser publicado.

aproveitamento, que credita e encaminha o aluno para o nível de ensino imediatamente superior.

O Ensino Secundário – é o nível que dá continuidade ao ensino básico e permite o desenvolvimento dos conhecimentos e aptidões obtidos no ciclo de estudos precedente e a aquisição de novas capacidades intelectuais e aptidões físicas necessárias à intervenção criativa na sociedade. Visa possibilitar a aquisição das bases científico-tecnológicas e culturais necessárias ao prosseguimento de estudos e ingresso na vida activa e, em particular, permite, pelas vias técnica e artística, a aquisição de qualificações profissionais para a inserção no mercado de trabalho.

A duração do ensino secundário é de seis anos e está organizado em três ciclos de dois anos cada. O 1º ciclo designado de tronco comum, correspondendo aos 7º e 8º anos de escolaridade, visa aumentar os conhecimentos do aluno e abrir-lhe as possibilidades de orientação escolar e vocacional; os 2º e 3º ciclos, correspondendo, respectivamente, aos 9º/10º anos e 11º/12º anos de escolaridade, com duas vertentes de formação: via geral e via técnica.

O ensino secundário destina-se a crianças com idade de 11 e mais anos, embora no ensino público tendo em consideração a limitação de recursos é permitido a frequência de crianças/jovens na idade entre 11 e 20 anos, pode ser compridas tanto em escolas públicas ou em escolas privadas.

No que tange ao regime de acesso e permanência no ensino secundário a Lei de Bases do Sistema Educativo, na versão aprovada em 1990 (Lei n.º 103/III/90, de 29 de Dezembro), havia preconizado, no seu artigo 21º, n.º 3, que, “de acordo com as capacidades de acolhimento existente, as exigências da qualidade do ensino a ministrar e as necessidades de desenvolvimento do país, serão definidas as condições de acesso e permanência nos diversos níveis do ensino secundário”⁹.

Esta norma manteve-se inalterada na nova versão dada à Lei de Bases pela Lei n.º 113/V/99, de 18 de Outubro. À luz da Constituição e da Lei de Bases do Sistema Educativo, o ensino secundário não é de frequência obrigatória, como acontece no ensino básico. É assim que pelo novo diploma se procede à regulação do acesso e permanência no ensino secundário, tendo em conta os seguintes critérios e pressupostos:

- Promoção da escolaridade universal de 8 anos pela via da generalização do acesso ao 1º ciclo do ensino secundário, que se segue ao ensino básico obrigatório de 6 anos;

- O ensino secundário dá continuidade ao ensino básico mas não é um ensino obrigatório;

Reformulação das políticas em relação ao ensino técnico, deixando de pertencer ao 2º ciclo para integrar o 3º ciclo, seguido de mais um ano profissionalizante que prepara os alunos para integrar na vida activa.

Revisão dos programas, reforço das escolas com equipamentos e promoção de acções de formação de professores e monitores para o ensino técnico no país e no estrangeiros com recursos a cooperação Luxemburguesa.

O Ensino Médio - é de natureza profissionalizante. Tem geralmente a duração máxima de três anos e é realizado em institutos públicos e privados, tutelados pelo Ministério da Educação.

O Ensino Superior – Destina-se aos jovens na idade entre os 18 e os 25 anos mas também é permitida a frequência ao ensino médio/superior os indivíduos maiores de 25 anos, que tenham concluído o ensino secundário.

O Ensino Superior, no quadro da reforma do ensino, visa proporcionar uma formação científica, técnica e humanística e cultural, que habilita para as funções de concepção, de direcção de execução e de investigação. Esta modalidade de ensino começa a ser implementado em Cabo Verde a partir da criação da Escola de Formação de Professores do Ensino Secundário, conferindo o grau de bacharéis aos diplomados por esta instituição.

Nos últimos anos, o ensino superior em Cabo Verde ganhou nova dinâmica com a instalação de várias instituições de formação, públicas e privadas tais como: ISECMAR, ISCEE, ISE, ISIG, INAG, INIDA, JEAN PIAGEAT, etc.

Foi criada, em 2004, uma comissão para a instalação da Universidade Pública de Cabo Verde que culminou com instalação da Reitoria dessa universidade tendo a responsabilidade de implantar nos próximos anos a primeira Universidade Pública de Cabo Verde, aguardada com grande expectativa pelos cabo – verdianos.

Espera-se que a Universidade Pública de Cabo Verde venha a suprir as grandes dificuldades enfrentadas ao longo dos anos com a diminuição de capacidade financeira do Estado e das famílias para sustentar a formação no exterior e ainda o aumento de dificuldades no acesso por parte dos países parceiros de Cabo Verde.

A Lei de Bases prevê ainda **modalidades especiais** de ensino, relacionadas com a educação especial, a educação para crianças sobredotadas; e o ensino a distância.

A Alfabetização e Educação de Adultos - As acções da Direcção Geral de Alfabetização e Educação de Adultos abrangem os jovens e adultos, priorizando a faixa etária dos 15 aos 35 anos. Um dos grandes objectivos é a universalização da educação de base aos jovens e adultos visando dar a todos os que queiram, a possibilidade de terminarem a escolaridade básica obrigatória, o que lhes dá a oportunidade para a continuação dos estudos quer académico, quer de formação profissional existente no país.

Os cursos de educação básica de adultos seguem um plano curricular que garante um nível de preparação equivalente ao ministrado pelas escolas do ensino básico.

As metodologias da educação básica de adultos apresentam, entretanto, características específicas, tanto mais que se trata de formar adultos para poderem reintegrar-se na vida activa em condições que permitam a melhoria da sua vida pessoal, social e profissional.

O sistema de avaliação dos formandos da educação básica de adultos¹⁰ é regulado por uma portaria que estabelece duas espécies de avaliação: a ordinária e a extraordinária.

A avaliação ordinária destina-se aos formandos que frequentam regularmente os círculos de cultura, em conformidade com o plano curricular e integra as modalidades da avaliação diagnóstico, formativa ou contínua, sumativa e aferida.

A avaliação extraordinária destina-se aos indivíduos com mais de 14 anos de idade que, não possuindo a escolaridade correspondente ao 6º ano do ensino básico, pretendam obter o certificado da educação básica de adultos, mediante testes ou provas de conhecimentos, capacidades e competências, em conformidade com os objectivos específicos de cada uma das disciplinas que integram o plano curricular.

Para além dos objectivos de “alfabetização” e “educação básica”, a Direcção Geral da Alfabetização e Educação de Adultos promove numerosas acções de animação comunitária, promoção da leitura e, sobretudo, de formação profissional básica em diversas áreas.

30

¹⁰ Portaria n.º 38/99, de 23 de Agosto.

CAPITULO III: OS SISTEMAS DE INDICADORES DA EDUCAÇÃO E A ANÁLISE DA SUA PERTINÊNCIA

3.1 Sistemas de informação para construção de indicadores

Evidentemente que, com um bom sistema de informação é possível construir um conjunto pertinente de indicadores.

Segundo Rascão José (2001) define “sistema de informação como um conjunto organizado de procedimentos, que, quando executados, produzem informações para apoio à tomada de decisão e ao controlo das organizações”.

A organização de um sistema de informação de escola pode ser considerada como um contributo importante para a gestão da qualidade educativa e como requisito de alterações essenciais na cultura e nas práticas de gestão das escolas.

Por sistema de informação de escola entende-se o conjunto de operações que envolvem a recolha de dados, incluindo o desenvolvimento dos instrumentos de notação, a análise dos elementos obtidos e a sua divulgação, apresentada de modos diferentes conforme os destinatários. Assim um sistema de informação implica o próprio processo interactivo que está presente nas tarefas de *“reunir, processar, interpretar, e comunicar a informação técnica e política necessária ao processo de tomada de decisão”* (Clímaco, C., 1990). Neste sentido, quando se fala de sistema de informação significa muito mais do que conjunto de dados estatísticos. Significa-se processo de informação, na medida em que tão importantes como os dados quantitativos ou qualitativos são as ou os “diálogos” que se estabelecem entre as fontes de informação e os seus utilizadores; a interpretação e o questionamento das imagens de desempenho que se obtêm; o desenvolvimento da capacidade reflexiva dos indivíduos e das instituições, a qual lhes permite corrigir trajectórias de acção ou redefinir objectivos e metas. O processo de informação é a base da produção de conhecimentos e da aprendizagem institucional, tal como esta é a base da acção. (Clímaco, C., 1990).

A qualidade do processo de informação das escolas, bem como a qualidade do processo global de avaliação, (Clímaco, C., 1990), é afectada por vários factores, nomeadamente: *o nível de desenvolvimento das organizações escolares*, na medida em que dispõem, ou não, de estruturas internas responsáveis pela informação e pela avaliação, com capacidade técnica para o tratamento da informação e sua interpretação; *a inércia das estruturas*, que introduzem “*elementos de resistência à inovação e à mudança, actuando como potenciais factores de distorção da informação* “; *a natureza*

conflitual e incerta das organizações complexas, o que implica a identificação das diferentes dimensões observáveis que contemplem essa complexidade de forma tão completa, mas tão sintética, quando possível.

A qualidade da informação e da avaliação é ainda afectada pela *fiabilidade dos dados*, que muitas vezes, pela “inércia e pela resistência”, são pouco coerentes e pouco rigorosos; *pela validade da informação*, que garanta que quer os processos de recolha de informação quer as formas de operacionalização das variáveis e indicadores sejam iguais e constantes para todos os utilizadores em qualquer tempo; *pela inexistência de referentes para a avaliação*, que permitam a comparabilidade e a formulação de juízos de valor; *pelo carácter redutor* da maior parte das medidas utilizadas ou o carácter simplista dos instrumentos existentes.

A produção de conhecimento institucional dos mecanismo de decisão aos vários níveis da gestão da educação tem consequências importantes na qualidade e na eficácia do sistema e das escolas, tal como a transformação das técnicas de “produção” educativa- a didáctica, a pedagogia e a engenharia de ensino tiveram no desenvolvimento cognitivo ao nível da sala de aula.

Um sistema de informação coerente das escolas, suportado por um conjunto de indicadores quantitativos e qualitativos, organizados de forma sistémica e interactiva.

Os sistemas de indicadores são mais do que listas de indicadores contra os quais se confere a “pontuação” das escolas. Devem antes ser vistos com perspectivas ou imagens do sistema educativo tomadas de diferentes ângulo, correspondentes a diferentes conceitualização do sistema e do seu desempenho.

Nenhum modelo conceptual é melhor do que outro: a sua adequação depende dos objectivos, do enfoque e dos destinatários ou utilizadores da informação. Neste sentidos os sistemas indicadores são sistemas de informação política para apoiar a gestão e a tomada de decisão, independentemente do nível do sistema educativo em que forem utilizadores.

Utiliza-se muitas vezes a expressão “indicadores de desempenho” para sublinhar o seu carácter multidimensional na descrição, monitorização ou avaliação dos diferentes níveis ou elemento do sistema. O tipo de dimensões que seleccionamos em cada sistema de indicadores corresponde às nossas percepções dos sistemas e dos fenómenos educativos, tal como o tipo de avaliação traduz os nossos valores e conceito de educação.

Entre os valores que defendemos podemos incluir a convicção de que a qualidade aprende-se e não se adquire isoladamente. A capacidade de influenciar os excessos internos de mudança das escolas, quer decorram da iniciativa de agentes exteriores e tomem a forma de exercício de avaliação monitorização o auditoria, ou seja da iniciativa de grupos mais dinâmicos em cada instituição e revistam carácter de projectos de auto - análise ou auto- avaliação institucional, implica saber “ler a realidade”, saber comunicá-la e saber intervir: saber ler a realidade como um texto possível de várias leituras: umas vezes imediata, literal; outra vezes indirecta a, metafórica; saber comunicá-la, utilizando diferentes linguagens que se adequem à descodificação da pluralidade e da complexidade a escola e que introduzam racionalidade na observação e na formulação de juízos de valor; saber intervir porque, se em termos chomskianos a competência é um conhecimento implícito subjacente ao desempenho, o desempenho é o conhecimento em acção (Clímaco, C., 1990).

3.2 Sistemas de indicadores e a sua pertinência

Os sistemas de indicadores funcionam do mesmo modo a dar informação precisa e aceitável sobre o estado de saúde dos sistemas escolares e sobre os resultados dos investimentos educacionais. Também os indicadores pretendem dar informação mais completa sobre a prática educativa, oferecer a chave para atender as reacções e os mecanismos que asseguram o seu funcionamento, medir os resultados da educação e estimular as pesquisas sobre a escola.

O sistema de informação é importante mas insuficiente para a construção de um conjunto relevante de indicadores. Uma política ou um plano são igualmente importante na medida em que se relaciona com a selecção dos indicadores.

Com efeito, mais de que uma descrição clara, pertinentes e simples, os indicadores devem medir acontecimentos ou evolução que interessam aos diferentes actores de sistemas educativos. Mas para isso é necessário que seja definido objectivos claros e mensuráveis para o sistema de educação e pode ser apresentados de diferentes maneiras:

Quando os objectivos e as orientações de políticas são muito vagas como “melhorar a qualidade da educação” o trabalho é mais delicado. Há que saber o que quer decidir “qualidade” no país estudado: se trata da classificação do professor, o nível dos estudantes, o número de anos de estudos passados na escola, uma escolaridade sem

repetição, uma boa relação professor/alunos, etc. Aqui podemos perceber todo o interesse que vai permitir fixar uma lista de indicadores e a variabilidade das dificuldades que existem para transformar um objectivo político em indicador.

Objectivos tais como “fortalecer a capacidade nacional”, “melhorar a rede escolar” e “melhorar a relação professor/alunos” são da mesma natureza.

Os sistemas de indicadores são importantes, no desenvolvimento de políticas, permitem medir os resultados intelectuais de alunos a quem foram cometidas tarefas de resolução de problemas, quer sobre a natureza das principais componentes do sistemas educativo que conjugam os seus esforços para produzirem o estado actual do mesmo sistema em boas condições, os indicadores são o reflexo da política educativa e dão, eventualmente, informações sobre modificações a operar nessa mesma política. (Gilbert des Landsheere citado por Oden, 1990).

Os indicadores devem ser consistentes, isto é, não devem ser demasiado sensíveis às flutuações acidentais. Têm, pois, de referir-se as características do sistema educativo que se manifestem de uma maneira geral e duradoura. Se o seu significado for facilmente compreendido por todos os membros da comunidade educativa, fica facilmente o diálogo entre o político, cidadão e professores. É também, um instrumento de comunicação.

Exercer a pilotagem é mais do que acumular indicadores. Ela tem, necessariamente, três componentes: recolha regular de informações, avaliação destas informações, sobretudo a tradução em acções institucionais ou em sanções. Os indicadores na definição das políticas educativas devem fornecer pelo menos, uma das informações seguintes: Gilbert des landsheere citado por Oakes (1986:496).

Descrição das qualidades do sistema educativo que levem à consecução dos objectivos;

Informação sobre as características relacionadas com os resultados alcançados;

Descrição das características fundamentais do sistema que conduz a uma melhor compreensão do seu funcionamento;

Informação sobre problemas que se venham a colocar;

Informações importantes para a política educativa, especialmente para a decisão de reformas;

Descrição de características gerais, isto é, que podem ser observadas, de uma forma ou de outra em todo o sistema, e que podem ser comparadas em diversos contextos;

Informações relativas a características permanentes do conjunto, ou de subconjuntos do sistema, formuladas de modo a permitir a comparação ao longo do tempo.

Os indicadores desempenham um papel importante na monitorização e avaliação do funcionamento do sistema de educação, por isso, têm um grande papel a desempenhar na pilotagem das reformas:

Indicar mudanças de aspecto importantes como a qualidade do ensino e os resultados obtidos pelos alunos e, assim chamar a atenção para eventuais problemas;

Avaliar a influência dos esforços da reforma;

Desenvolver esforços relativamente a outros países ou entidades políticas;

Chamar a atenção para estabelecimentos de ensino que devem ser objecto de melhoria;

Servir de catalisadores de novas ideias.

Por isso os indicadores tem um papel importante para o sistema educativo e as informações devem abarcar:

O que entra no sistema (input): recursos, qualidade dos alunos, dos professores etc.

Os processos educativos (treatment): pedagogia praticada, modalidades de exames etc.

Os produtos, o que sai do sistema (output): aquisições escolares, números de diplomados.

Para construir um bom indicador é imprescindível identificar os fenómenos mais interessantes que tem que medir, o que dependerá das opções dos países, inspirados nos objectivos da política educacional de cada país. A pertinência de alguns indicadores é mais universal, mas descritiva também, mas a sua importância sempre dependerá de um contexto. A taxa de escolarização na educação primária é um bom indicador.

Igualmente, os indicadores devem ter um alcance descritivo num sistema educacional que é necessário ser simples e preciso. Uma visão de conjunto de indicadores é necessária para dar pontos de comparação à análise dos diferentes fenómenos. Se se sabe que alguns aspectos de um sistema educacional só podem ser observadas a longo prazo, é essencial apresentar a evolução dos dados durante vários anos. Finalmente, também é necessário dar conta das diversidades ou desigualdades que podem ser múltiplas: geográficas ou sócio – demográficas: sexo, categoria social, etc.

Por além dos seus aspectos descritivos, os indicadores devem oferecer elementos de análise da política educacional. No entanto, utilizar um conjunto de indicadores permite

encontrar pistas de compreensão, explicação de relações causais sobre o funcionamento do sistema educacional.

Estas interpretações mostram que é importante a escolha de um conjunto de indicadores porque permitem adoptar vários pontos de vista. Trata-se de um trabalho difícil, mas é a única maneira de proporcionar instrumentos de monitorização aos responsáveis da tomada de decisões políticas e elementos de compreensão ao conjunto dos indicadores.

Uma boa maneira de proceder para construir uma lista de indicadores consiste em identificar alguns objectivos fundamentais da política educacional que tem que medir e classificar os indicadores em função do que se vai avaliar. A identificação destes indicadores se fará em função dos objectivos da política educacional.

Como classificar os indicadores -A classificação dos indicadores varia segundo a publicação dos diferentes elementos. Pode-se utilizar uma classificação do tipo: centro escolar aluno, professores custos. Também se pode classificar por grandes temas: o nível de conhecimentos dos estudantes, a preparação para a vida profissional, a preparação para a vida social, a equidade ou a democratização da educação, a eficácia ou a eficiência do sistema educacional.

Finalmente apresentação recursos/ actividades – processos/resultados é sem dúvida, a que facilita mais a análise deste sector. É a que mais se aproxima a um modelo explicativo dos sistemas educacionais. Com efeito, os três componentes estão ligados por relação estreitas e multidireccionais.

As subclassificações geradas por cada método são muito similares: a desagregação por nível de educação sempre está presente e acompanhada de uma análise de custo. Poder-se-ia imaginar a construção de alguns indicadores provisionais sobre as necessidades futuras de professores, mas com a condição de que se dispõe de dados demográficos fiáveis.

3.3 Os principais indicadores da educação

Neste trabalho fizemos a referência a quatro tipos de indicadores mais utilizados pelo Ministério da Educação e Ensino Superior (MEES):

- Indicadores de acesso;
- Indicadores de participação;
- Indicadores de eficiência interna do sistema educativo;

- Indicadores de recursos.

Os indicadores de acesso - são indicadores que permitem reflectir sobre a existência, ou não, de restrições à entrada no sistema educativo das crianças (alunos) em idade oficial de admissão, quaisquer que sejam as razões. Como o sistema educativo está organizado em níveis sucessivos, a transição de um nível para outro implica, regra geral, a mudança de escola. Portanto, o problema de acesso deve ser analisado a cada nível de ensino. Destacam-se alguns indicadores de acesso mais relevantes como: taxa bruta de admissão, taxa líquida de admissão e taxa de transição.

Taxa Bruta de Admissão é calculada dividindo o número total de efectivos matriculados pela 1.^a vez no 1.^o ano de cada nível de ensino pela população em idade oficial de admissão para esse nível. Ao resultado multiplica-se 100. Este indicador pode atingir valores superiores 100 (nível correspondente à escolaridade obrigatória), uma vez que inclui todas as crianças que se matriculam pela 1.^a vez, que podem ter idade inferior ou superior à idade oficial de admissão. Deve ser desagregado por sexo e área geográfica.

$$\frac{\text{Número de crianças pela 1.ª vez no ano escolar } t}{\text{População em idade de admissão no ensino básico, no ano escolar } t} \times 100$$

Taxa Líquida de Admissão - é o número de alunos matriculados pela 1.^a vez no 1.^o ano de cada nível. É calculada dividindo o número total de efectivos de alunos, em idade oficial de admissão, que estão matriculados pela 1.^a vez na 1.^o ano, pela população em idade oficial de admissão e multiplicar por 100. Para o nível correspondente ao nível obrigatório o valor seria próximo de 100.

A diferença entre a taxa bruta de admissão e taxa líquida de admissão indica-nos o valor do desvio relativamente à idade oficial de admissão no referido nível de ensino.

$$\frac{\text{N.º de crianças, com idade oficial de admissão, matriculadas pela 1.ª vez no ano escolar } t}{\text{População em idade de admissão no ensino Básico, no ano escolar } t} \times 100$$

Taxa de Transição - é calculada dividindo o efectivo de alunos matriculados pela 1.^a vez no 1.^o ano do nível de educação superior pelo efectivo de matriculados no último ano do

nível de educação precedente, no ano lectivo anterior. Ao valor encontrado multiplica-se por 100.

$$TT_{h,h+1}^t = \frac{M_{h+1,1}^{t+1} - R_{h+1,1}^{t+1}}{M_{h,n}^t} \times 100$$

$TT_{h,h+1}^t$ - Taxa de transição do nível h de ensino para o nível $h+1$, no ano escolar t

$M_{h+1,1}^{t+1}$ - Numero de alunos matriculados o 1º ano do nível de ensino $h+1$, no ano $t+1$

$R_{h+1,1}^{t+1}$ - Numero de alunos repetentes no 1º ano do nível de ensino $h+1$, no ano escolar $t+1$

$M_{h,n}^t$ - Numero de alunos matriculados no ultimo ano do nível de ensino h , no ano escolar t

Os indicadores de participação - A frequência escolar é definida como a participação nos estabelecimentos de ensino, com objectivo de obter um determinado nível de ensino. Como exemplos de indicadores de participação temos: as taxas de escolarização (bruta e líquida), o índice de paridade raparigas - rapazes.

Taxa Bruta de Escolarização - é calculada dividindo o número total de efectivos matriculados num determinado nível de educação pela população do grupo etário que teoricamente corresponde a esse nível de educação. O resultado multiplica-se por 100.

$$TBE_h^t = \frac{M_h^t}{P_{h,i}^t} \times 100$$

TBE_h^t - Taxa bruta de escolarização no nível h , no ano escolar t

M_h^t - Numero de alunos matriculados no nível h , no ano escolar t .

$P_{h,i}^t$ - População do grupo etário i , que corresponde a idade teórica de frequência do nível de ensino h no ano t .

Taxa Líquida de Escolarização - é calculada dividindo o efectivo de alunos matriculados num determinado nível de ensino, em idade oficial de frequência, pela

população do grupo etário que teoricamente corresponde a esse nível de educação, multiplicado por 100.

$$TLA_h^t = \frac{M_{h,i}^t}{P_{h,i}^t} \times 100$$

TLA_h^t - Taxa líquida de escolarização no nível de ensino h , no ano escolar t .

$M_{h,i}^t$ - Numero de alunos matriculados, do grupo etário i , no nível de ensino h , no ano escolar t .

$P_{h,i}^t$ - População do grupo etário i , que corresponde a idade teórica de frequência do nível de ensino h , no ano t .

Índice de paridade entre rapazes – raparigas – mede-se a diferença de participação na educação entre ambos os sexos. Este indicador é definido pela relação entre a taxa bruta de escolarização para as raparigas e a taxa de bruta de escolarização para os rapazes. Ao resultado multiplica-se 100.

Os indicadores de eficácia interna - os indicadores de eficácia interna referem-se à existência, ou não, de uma relação óptima entre inputs (alunos, professores, equipamentos, edificios) e outputs (alunos que completam um nível de ensino).

Alguns desses indicadores são de cálculo trivial o que dispensa a descrição de fórmulas, a destacar temos: as percentagens de aprovação, de reprovação, de abandono e o rácio de entrada saída. Outros são de cálculos mais elaborados ou obtidos por algoritmos/métodos que acompanha o “percurso temporal” possível da vida escolar de um grupo de alunos num determinado nível de ensino. Refere-se a indicadores de “*cohort*,” de entre os quais destaca-se: taxa de promoção, taxa de repetência, taxa de abandono, duração média de ano por diplomado, duração média de ano por abandono, taxa de diplomados e o coeficiente de eficácia.

De seguida apresenta-se alguns indicadores de eficiência interna mais utilizados: percentagem de aprovação e de reprovação; taxas de: promoção de repetência, de abandono, de diplomados, etc. A duração média de ano por diplomado e o coeficiente de eficiência.

Taxa de promoção - é encontrada dividindo o número de alunos que passaram para o ano de estudo $g+1$, no ano lectivo $t+1$, pelo efectivo total de alunos matriculados no ano de estudo g no ano lectivo anterior t .

$$TP_{g,g+1}^t = \frac{M_{g+1}^{t+1} - R_{g+1}^{t+1}}{M_g^t} \times 100$$

$TP_{g,g+1}^t$ - Taxa de progressão do ano g para o ano de estudo $g+1$, no ano escolar t .

M_{g+1}^{t+1} - Numero de alunos matriculados no ano de estudo $g+1$, no ano escolar $t+1$.

R_{g+1}^{t+1} - Numero de repetentes no ano de estudo $g+1$, no ano escolar $t+1$.

M_g^t - Numero de alunos matriculados no ano de estudo g , no ano escolar t .

Taxa de repetência - é dividir o número de repetentes no ano de estudo g no ano lectivo $t+1$ pelo número de alunos matriculados no mesmo ano de estudo no ano lectivo anterior.

$$TR_g^t = \frac{R_g^{t+1}}{M_g^t} \times 100$$

TR_g^t - Taxa de repetência no ano de estudo g , no ano escolar t .

R_g^{t+1} - Numero de alunos repetentes no ano de estudo g no ano escolar $t+1$.

M_g^t - Numero de alunos matriculados no ano de estudo g , no ano escolar t .

Taxa de abandono - dividir o número de alunos de ano de estudo g que desistiram entre o início do ano lectivo $t-1$ e início do ano lectivo t pelo número de alunos matriculados no mesmo ano de estudo no ano lectivo anterior.

Taxa de progressão g + taxa de repetência g + taxa de abandono $g = 1$

Taxa de diplomados - A taxa de diplomados (ou aproveitamento) dá conta da proporção de alunos que, com sucesso, concluíram o último ano de estudo de um determinado nível de ensino, expresso em percentagem do total de alunos matriculados no último ano de estudo desse nível ensino, num dado ano lectivo.

$$TD_h^t = \frac{D_h^t}{M_{n,h}^t}$$

TD_h^t - Taxa de diplomados do nível de ensino h , no ano escolar t .

D_h^t - N.º de diplomados do nível de ensino h , no ano escolar t .

$M_{n,h}^t$ - Numero de matriculados no último ano de estudo n , do nível de ensino h , no ano escolar t .

Duração média de ano por diplomado - trata-se do número médio estimado de alunos-anos gastos pelos alunos de um dado “*cohort*” para terminar um dado nível de ensino, tendo em consideração as perdas em alunos-anos derivadas do abandono e reprovações.

Dividir o número total de alunos-anos gastos por um cohort de alunos (diplomados e abandonos) num determinado nível de ensino pela soma dos sucessivos de alunos, pertencentes ao mesmo cohort, que obtém o seu diplomado.

Coefficiente de eficiência - O coeficiente de eficiência mede o número óptimo de aluno-anos necessário (na ausência de abandono e reprovações) para produzir um número de diplomados, de um dado cohort escolar, para um determinado nível de educação, expresso em percentagem de número de aluno-anos efectivamente utilizados para produzir o mesmo número de diplomados.

O coeficiente de eficácia obtém-se, Dividindo o número óptimo de aluno-anos necessários para número de diplomados de um dado cohort dentro de um determinado nível de ensino, pelo número de aluno-anos efectivamente utilizados para produzir o mesmo número de diplomados, e multiplicar o resultado por 100.

Os indicadores de recursos - Os recursos de ensino são todos os tipos de serviços necessários ao sistema de ensino. Compreende o pessoal, as infra-estruturas físicas, os recursos financeiros e todos os outros recursos necessários à administração e ao funcionamento do sistema. Destacam-se como indicadores de recursos, o rácio alunos/turma, alunos/sala, alunos/professor.

Rácio alunos/turma - é calculado dividindo-se o efectivo total de alunos matriculados no nível de ensino h no ano lectivo t pelo total de turmas para o mesmo ano lectivo.

Numero de alunos matriculados no nível de ensino h no ano escolar

N.º total de turmas do nível de ensino h no ano escolar t

Rácio alunos/sala - refere-se ao número médio de alunos por sala, num determinado nível de ensino. É a relação entre efectivo total de alunos matriculados no nível de ensino h e número total de salas.

Numero de alunos matriculados no nível de ensino h no ano escolar

Numero total de salas do nível de ensino h no ano escolar t

Rácio alunos/Professor - é a relação entre o efectivo total de alunos matriculados no nível de ensino h e o número de professores.

Numero de alunos matriculados no nível de ensino h no ano escolar

Numero total de professor do nível de ensino h no ano escolar t

Proporção das Despesas Públicas em Educação - é a relação entre o total das despesas públicas (correntes e de capital) em educação com o total da despesa pública. As suas principais fontes de informação são: Contas Nacionais e Orçamento Geral do Estado.

Total da despesa pública em educação, no ano t

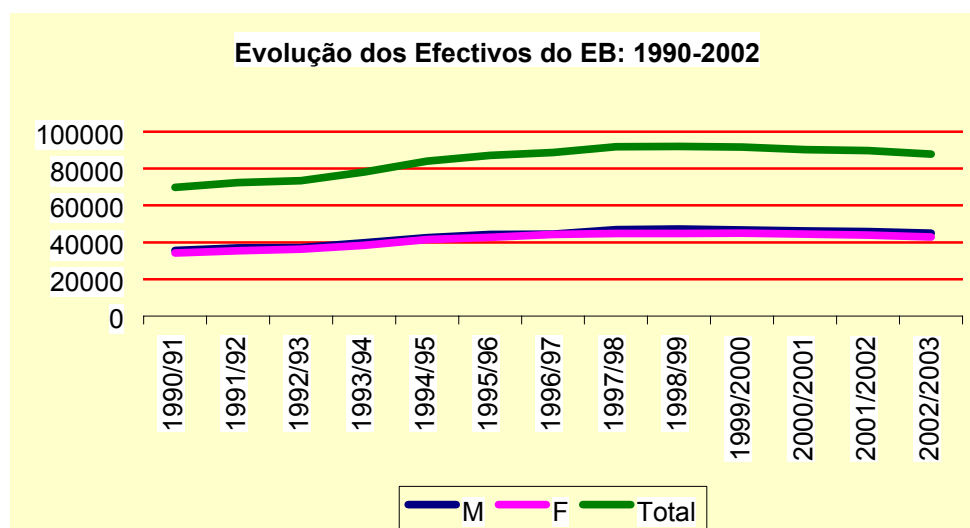
x 100

Total da despesa da administração públicas, no ano t

CAPITULO IV: EVOLUÇÃO RECENTE DOS PRINCIPAIS INDICADORES DA EDUCAÇÃO EM CABO VERDE

4.1 Indicadores de acesso

Em Cabo Verde, a nível do ensino básico, o número de efectivos cresceu de forma significativa entre os anos lectivos 1990/91 a 1998/99, passando de 69821 para 92033. Este crescimento espelha o esforço realizado pelo Estado de Cabo Verde para acolher as crianças em fase de escolarização. Todavia, a partir de 1997, nota-se uma estabilização dos efectivos na ordem dos 91000, revelando a partir do ano 2000 uma tendência para a sua redução. O crescimento médio anual da frequência escolar tem sido de 1,9%.



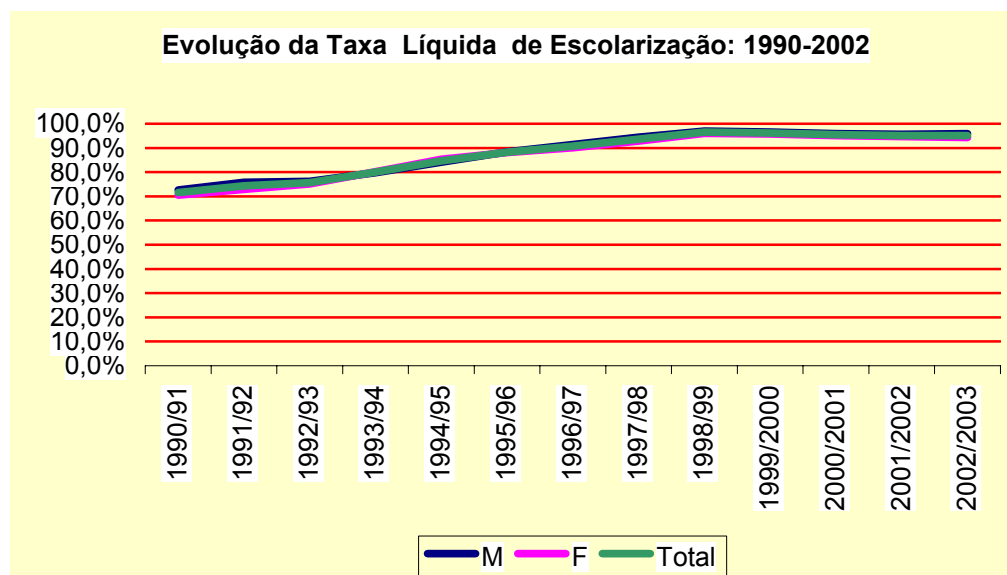
Fonte: Estatísticas da Educação (GEP/MEES) .

A evolução da taxa líquida de escolarização espelha o crescimento dos efectivos escolares verificado ao longo dos últimos 10 anos, passando de 73% para 96%, um aumento de 23 pontos percentuais.

Nos primórdios dos anos 90, ainda prevalecia alguma assimetria no acesso à educação entre os diferentes concelhos do país. A partir da segunda metade da década de 90, constata-se uma tendência para a homogeneização da taxa de escolarização, fruto da forte expansão da rede escolar.

Em relação à distribuição por género, denota-se que o acesso das meninas ao sistema de ensino é praticamente similar ao dos meninos. Tal situação decorre do engajamento do Estado de Cabo Verde em atender à crescente demanda social pela educação básica e uma forte propensão das famílias em garantir igual oportunidade de

acesso ao sistema de ensino tanto aos meninos quanto às meninas. Nesta perspectiva, pode-se assegurar que, em Cabo Verde, os indicadores de acesso em termos de género não são relevantes.



Fonte: Estatísticas da Educação (GEP/MEES) .

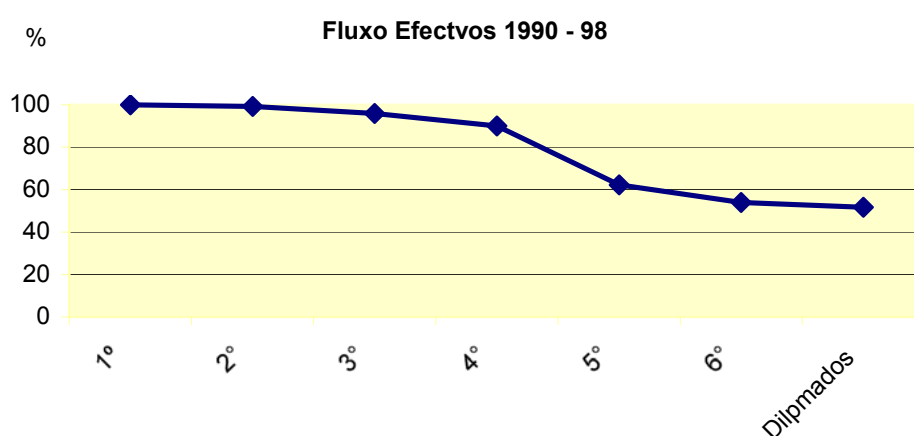
Não obstante a tendência para a diminuição dos efectivos do Ensino Básico nos últimos anos, nota-se que a taxa líquida de escolarização tem-se estabilizando na ordem dos 96%. Esta redução dos efectivos, decorrente da queda progressiva da taxa de fecundidade e da melhoria da eficácia interna, deveria ser acompanhada por um aumento da taxa líquida de escolarização. Tal situação não se verifica em parte devido à dupla idade de ingresso no ensino básico (6 e 7 anos) e pelo recrudescimento da taxa de repetência nos últimos anos.

Por outro lado, os dados do recenseamento de 2000, apontam para a existência de uma correlação positiva entre a taxa de escolarização das crianças e o nível de conforto das famílias. Assim, as famílias com nível de conforto mais baixo tende a escolarizar menos os seus filhos e vice-versa.¹¹ A ser válida esta correlação é provável que algumas famílias sistematicamente não escolarizam seus filhos.

4.2 Indicadores de eficácia interna

A análise de cohort constitui um dos principais mecanismos para se avaliar a evolução dos alunos que concluem um determinado ciclo de estudos.

A evolução de uma cohort¹² de 1990 demonstra que apenas 52% dos alunos que ingressavam no 1º ano de estudos concluíam o 6º ano de escolaridade e 64% acediam ao 5º ano de estudos. Em outros termos, isto significa que apenas 5 em cada 10 crianças que ingressavam no sistema tinham chances de concluir o Ensino Básico.



Fonte: Estatísticas da Educação (GEP/MEES).

Devido às elevadas taxas de repetência, a duração média para a conclusão do ensino básico era de 7,25 anos, sendo que apenas 14% das crianças concluíam o ensino básico no tempo legalmente previsto.

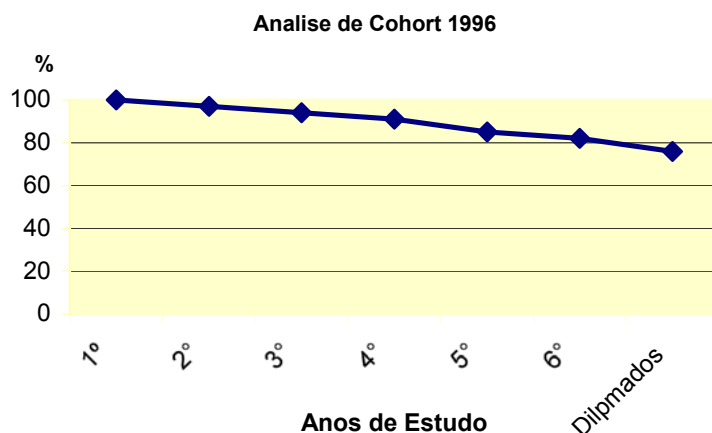
Por género, constata-se que a proporção dos meninos que concluíam o 6º ano era ligeiramente superior à das meninas, 53% contra 50%. Esta situação explica-se em parte devido à presença maioritária dos meninos no EB.

Tendo como referência a cohort de 1996¹³, verifica-se que a proporção das crianças que concluem o 6º ano é de 76%. Uma proporção significativa (85%) dos efectivos acede ao 5º ano de estudos. Trata-se de uma mudança significativa resultante das transformações advindas com o processo da reforma de ensino, designadamente nos

¹² Define-se como um grupo de alunos (ou estudantes) que entram no 1º ano de nível de educação no mesmo ano lectivo, e subsequentemente estão sujeitos aos acontecimentos da progressão, repetência, abandono, cada um da sua maneira.

¹³ O ano de 1996 é o ano de referência em termos de generalização integral do ensino básico. É a partir desta data que se pode aferir os efeitos da introdução do novo sistema de avaliação.

domínios: (i) da formação de professores ; (i) do acesso aos manuais escolares ; (iii) do sistema de avaliação, os quais tiveram efeitos positivos sobre a dinâmica de progressão das crianças durante as diferentes fases do ensino básico.

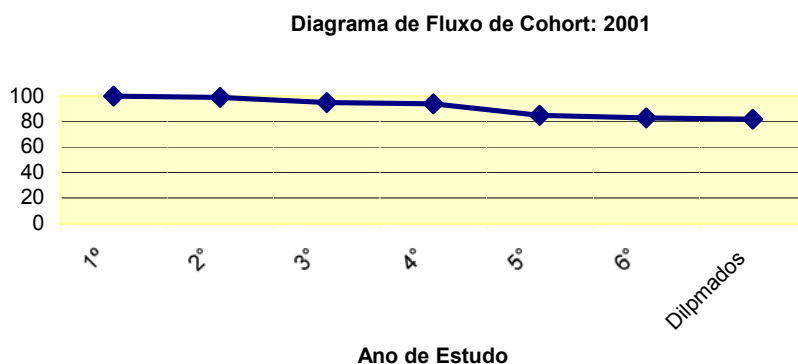


Fonte: Estatísticas da Educação (GEP/MEES).

A redução da taxa de repetência reflecte-se na diminuição da duração média de ano de estudos por diplomado (6,58 anos), sendo que a proporção de crianças que concluem o ciclo completo do ensino básico em 6 anos é de 44%, três vezes superior à proporção alcançada em 1990.

Em relação à taxa de diplomados por sexo, verifica-se que as meninas obtêm melhor desempenho que os rapazes, 78% contra 75%. Este fenómeno deve-se ao melhor desempenho escolar das meninas ao longo das diferentes fases do EBI.

Considerando a “*cohort*” iniciada em 2001, nota-se uma tendência para o aumento da proporção de diplomados, prevendo-se uma taxa de diplomados na ordem dos 82% contra os 76% que se registará com a “*cohort*” iniciada em 1996. Em relação aos que acedem ao 5º ano, a taxa é de 85%.

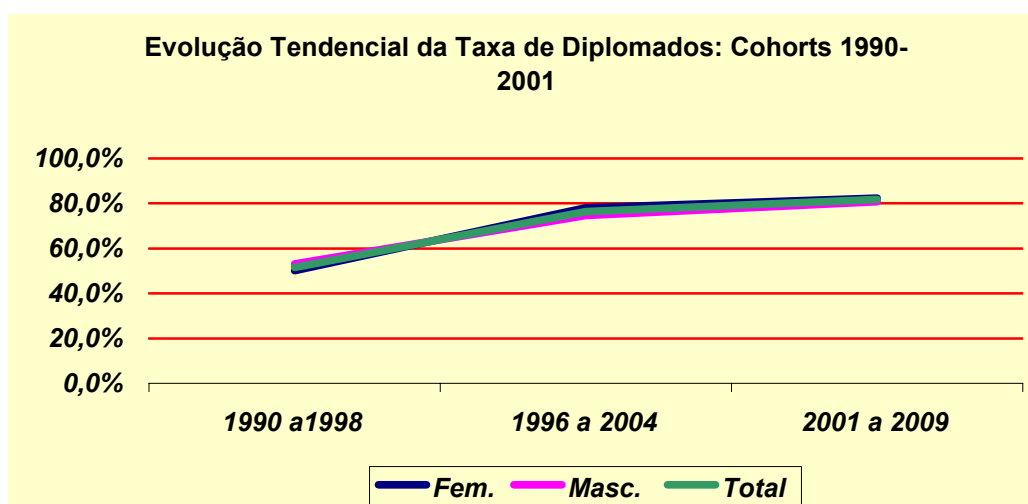


Fonte: Estatísticas da Educação (GEP/MEES).

Não obstante a tendência para o aumento da duração média de ano de estudos por diplomado (6,58 para 6,77 anos), resultante do aumento da taxa de repetência, verifica-se que a proporção dos diplomados tende a aumentar 6 pontos percentuais. Este fenómeno é decorrente da evolução positiva da taxa de abandono nos últimos anos.

Por sexo, denota-se uma vez mais que o desempenho das meninas tende a ser superior à dos meninos, 82% contra 81%. No que concerne ao acesso ao 5º ano, nota-se que 9 em cada 10 meninas tende a alcançar este nível de estudo contra 8 para os meninos.

Em suma, é de realçar que ao longo da última década evidencia-se uma tendência para a melhoria significativa da eficácia interna do ensino básico, conforme se constata no gráfico que se segue.



Fonte: Estatísticas da Educação (GEP/MEES).

Ademais, a tendência para a diminuição (estabilização) dos efectivos nos próximos 15 anos pode constituir um factor de descompressão sobre o ensino básico, criando as condições para a realocação de recursos humanos.

Em Cabo Verde, não existe estudos sistemáticos de longa duração sobre a qualidade das aprendizagens escolares. Contudo, pesquisas realizadas pontualmente têm revelado alguns elementos que podem indiciar o estado actual das aprendizagens escolares.

Assim, os dados da avaliação aferida realizada pelo Instituto Pedagógico, em 1997/98, evidenciam que 61% das crianças no 4º ano de escolaridade apresentam dificuldades em produzir um texto com autonomia e criatividade. Relativamente ao desenvolvimento do raciocínio lógico matemático, 58% das crianças no 6º ano demonstravam dificuldades para resolver problemas que envolvem cálculo das áreas, onde se requer um certo grau de abstracção.¹⁴

Esta tendência é corroborada pelos recentes estudos da equipa de Pesquisa Qualitativa do Projecto de Modernização e Formação (PROMEF) que apontam para o facto de 56% das crianças do 6º ano apresentarem dificuldades na produção de textos e 54% demonstrarem dificuldades nos domínios das proporções e resolução de problemas.¹⁵

Assim, constata-se que apesar da melhoria significativa dos recursos alocados ao nível da educação de base que se traduziram no aumento de professores com formação pedagógica de 50% para 71%, na redução do rácio aluno/professor de 31 para 28 e aluno/turma de 55 para 49, a qualidade das aprendizagens escolares está aquém dos objectivos fixados, constituindo um dos maiores desafios do sub-sistema do ensino básico.

Mudar a natureza do ensino e do conhecimento que se produz na escola (colocando maior ênfase nas aprendizagens de base: a lecto-escrita e a matemática);

Reforçar a qualificação de professores, especialmente nos concelhos onde prevalecem um número significativo de professores sem formação pedagógica;

Melhorar a disponibilidade dos recursos pedagógicos, dotando as bibliotecas escolares de material didáctico pedagógico adequado;

Reduzir a taxa de repetência, especialmente nas duas primeiras fases e nos concelhos onde as taxas ultrapassam os 20%;

48

¹⁴ Ministério da Educação. 1998. Avaliação do Rendimento Escolar no primeiro ano da generalização da reforma curricular do Ensino Básico.

¹⁵Ministério de Educação e Desporto (MED) - PROMEF Resultados Preliminares da Equipa sobre a Pesquisa Qualitativa, p.34

Reforçar o seguimento pedagógico a nível concelhio;

Consolidar os apoios socio-educativos para que as crianças desfavorecidas possam desenvolver em condições satisfatórias;

Promover a participação dos pais na gestão das escolas;

Agilizar a articulação dos programas de alfabetização com os da formação profissional de forma a oferecer ao alfabetizando perspectivas de inserção profissional;

Desenvolver o ensino recorrente destinadas às crianças que abandonam o sistema de ensino para evitar o analfabetismo de retorno.

4.3 Indicadores de alfabetização de adultos

Segundo os dados do censo 2000, a taxa de alfabetização conheceu um aumento importante passando de 63% para 75% nos últimos 10 anos. O esforço tem sido considerável, mas muita coisa resta a fazer, quando se considera que existe umas disparidades de género.

Analfabetismo permanece muito elevado entre as mulheres, atingindo cerca de 33% contra 17% dos homens. Em média 44% das mulheres do meio rural são analfabetas; prevalece disparidades entre o meio rural e urbano.

O analfabetismo no meio rural atinge 35% que é quase duas vezes superior ao analfabetismo do meio urbano, 18%; a taxa de analfabetismo reparte-se de forma desigual sobre o território nacional.

Algumas regiões e municípios apresentam taxas de analfabetismo muito superiores à média, podendo atingir quase a 40%.

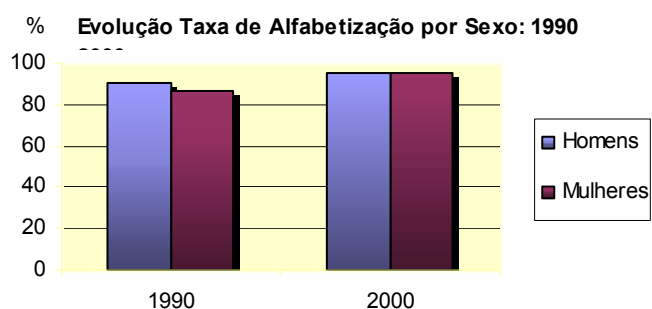
Por outro lado, “o analfabetismo está associado a uma maior propensão à pobreza por parte das mulheres (32,8% das mulheres adultas são analfabetas) e também uma maior representatividade da pobreza no mundo rural (34,5% de analfabetos contra 11,1% no sector urbano).¹⁶

No que concerne à taxa de alfabetização na faixa etária entre os 15-24 anos, verifica-se que houve uma evolução positiva passando dos 88% para 95%, um acréscimo de 7 pontos percentuais em relação a 1990, como se constata no quadro que se segue.

Evolução da taxa de alfabetização faixa etária 15-24: 1990-2000			
Anos	Nacional	Homens	Mulheres
1990	88	90	86
2000	95	95	96

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas (INE): Censo 2000

Segundo os dados do censo 2000, O aumento da taxa de alfabetização é mais significativa na camada feminina. Assim, a taxa de alfabetização feminina passa de 86% em 1990 para 96% em 2000, um aumento de 10 pontos percentuais contra 5 pontos para os homens, conforme se verifica no gráfico que se segue.



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas: Censo 2000

Distribuição da taxa de alfabetização segundo os grupos etários						
Faixa Etária	Total		Homens		Mulheres	
	1990	2000	1990	2000	1990	2000
15 a 49 anos	75	85	84	91	67	82
15 a 34 anos	81	92	87	93	76	91

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas: Censo 2000

Por outro lado, se considerar a faixa etária dos 15-49 anos, tranche onde concentra-se boa parte da população activa, nota-se que a taxa de alfabetização situa-se na ordem dos 85%, o que demonstra uma evolução positiva de 20 pontos percentuais nos últimos 10 anos.

Contudo, a taxa de alfabetização das mulheres (82%) mantém-se inferior à dos homens (91%). Tal situação aponta para o facto de que ainda subiste alguma disparidade entre homens/mulheres fruto dos efeitos negativos do sistema existente no passado.

De todo modo, tendo em atenção os efeitos positivos decorrentes da expansão do sistema de ensino, vislumbra-se no horizonte de 2015 uma taxa de alfabetização acima dos 90%, o que de certa forma constitui uma alfabetização universal para a faixa etária compreendida entre 15-49 anos¹⁷.

4.4 Indicadores de financiamento

Segundo Belmiro Cabrito no contexto de uma economia de mercado, uma crítica substantiva que se pode fazer ao funcionamento da economia reside no facto de exigir a intervenção do Estado no acto educativo.

51_____

¹⁷ Instituto Nacional de estatística: Censo 2000.

Efectivamente, a economia de mercado, onde as raízes neoclássicas se desenvolveram, acentua na livre iniciativa privada e na liberdade individual caracterizando-se pelo facto de o Estado não ter qualquer papel activo, mas sim, de ser o garante da iniciativa privada.

Todavia, como refere o mesmo autor, alguns disfuncionamentos ao comportamento de mercado deu ao economista neoclássico a razão para o envolvimento dos governos em investimentos educativos, facto que pressupõe a intervenção directa do poder público na produção de educação.

Esta necessidade de actuação do estado enquanto actor social e, como tal, um actor que age regulamentando, promovendo, orientando, produzindo e naturalmente, financiando a educação, tem a ver com três razões fundamentais segundo Belmiro Cabrito:

- Informação incompleta de mercado não transparente,
- A natureza semipública do bem educação em virtude das externalidades positiva que produz;
- A necessidade de se contribuir para a realização de uma sociedade mais justa e que passa pela obrigatoriedade da intervenção do estado na satisfação das necessidades colectivas de natureza social, nomeadamente na prestação de serviços de natureza educativa, no sentido de garantir uma maior equidade social.

O mesmo autor considera que as despesas públicas em serviços de natureza social (saúde, assistência social, educação etc.) têm-se tornado num pesado fardo nos orçamentos do estado. Face a um nível de receitas que não cresce ao ritmo exigido para a satisfação integral, e de qualidade, daqueles serviços, os diversos departamentos de estado, representado na pessoa dos respectivos responsáveis no seio do governo, concorrem entre si no sentido de garantirem a maior fatia possível da parte dos fundos orçamentais afectos à satisfação das necessidades de natureza social.

Fonte Interno - Segundo o quadro das despesas sectorial de médio prazo a estrutura interna da despesa pública da educação revela que as despesas de funcionamento superam em grande escala as de investimento, chegando a atingir em 2003, 70,3% contra 29,7% (orçamento inicial). Esta circunstância é explicada pelo elevado peso da massa salarial na estrutura de despesas da educação e pelo facto de o funcionamento da educação estar muito dependente de recursos internos.

As despesas com os salários correspondem 69,1% das despesas totais em 2003 enquanto os gastos com bens e serviços e transferências correspondiam a 19,5% do total, e o investimento representava 20,3%.

Destaca-se o peso das bolsas de estudos fora de componente salarial que representava 8,2% nesse ano.

A estrutura de funcionamento dos estabelecimentos do ensino básico e do secundário apresenta uma forte componente de despesas com o pessoal. Perto de 99% dos gastos de funcionamento vão para o pagamento de salários e outras gratificações. Em relação ao ensino superior as bolsas de estudo têm consumido nos últimos anos, 75% dos recursos disponibilizados a este nível, incluindo as despesas das instituições de formação superior existentes no país.

A perspectiva de instalação efectiva da Universidade de Cabo Verde implica a disponibilidade de recursos necessários para essa instalação e garantia do seu funcionamento a favor de um desenvolvimento durável de Cabo Verde nos domínios científico, tecnológico, económico, social e cultural.

Estado - A evolução do orçamento de educação, traduz o esforço realizado pelo Estado de Cabo Verde para garantir o financiamento do sistema educativo, marcado pela universalização do ensino básico, como exige a constituição da República de Cabo Verde, e pela expansão do ensino secundário nas diferentes ilhas e concelhos do país, condicionado pelas fortes pressões das autarquias locais que procuram atender às reivindicações dos pais e encarregados de educação, que não tem condições para fazer os seus filhos deslocarem para os liceus tradicionais, localizado nas ilhas de Santiago e São Vicente.

Por outro lado o orçamento de funcionamento da educação corresponde em média a 5% do Produto Interno Bruto, o que realmente demonstra um esforço significativo do país para suportar os custos relativos à educação trata-se de uma participação considerável se comparamos esse nível de esforço com os demais países com produto interno bruto similares ao Cabo Verde.¹⁸

O esforço de um país em prol da educação, mede-se, relacionando as despesas públicas deste sector com o total das despesas públicas. No caso de Cabo Verde, o desenvolvimento da Educação encontra-se limitado pelo nível de desenvolvimento da economia nacional sendo necessário recurso à cooperação internacional para suprir as

insuficiências em termos de recursos financeiros e reduzir o fosso existente entre as necessidades e as capacidades.

Análise às despesas totais afectas ao sistema permite concluir que nos últimos anos, os recursos internos mobilizados através do orçamento geral do estado representa em média cerca de 70% dos recursos financeiros totais utilizados na cobertura das necessidades do sistema educativo.¹⁹

Família - O financiamento do sistema educativo cabo-verdiano é, actualmente, uma questão politicamente sensível envolvendo responsáveis políticos e opinião pública num debate contínuo. A sustentabilidade e a melhoria do sistema educativo passam pela procura de fontes de financiamento complementares ao sector público, incluindo uma crescente participação das famílias. Segundo a conferência internacional de educação, mais de 90% dos recursos do orçamento de funcionamento do sector educativo destinam-se às despesas com o pessoal, daí que seja imperiosa a obtenção de recursos adicionais provenientes de origem diferente das que tradicionalmente sustentam o sector.

O contributo das famílias através do pagamento de propinas e de outras contribuições (pagamento de matrículas, exames, certificados, etc.) tem apoiado bastante o trabalho desenvolvido pelo Estado e restantes parceiros.

Com a reformulação da lei das propinas e emolumentos nas escolas secundárias e com a concessão de autonomia aos estabelecimentos de ensino secundário no que toca à gestão das receitas arrecadadas com a cobrança de propinas através do novo *Sistema de Utilização e Prestação de Contas das Escolas Secundárias* os montantes cobrados constituem receitas próprias dos estabelecimentos de ensino, que são utilizadas para cobrir as despesas de manutenção e segurança das instalações e equipamentos, encargos com o pessoal auxiliar e administrativo de apoio ao funcionamento da escola, aquisição de materiais didácticos, repografia, serviços de exame, seguro escolar, entre outros.

Os estabelecimentos escolares abrangidos obrigam-se a prestar contas da legalidade dos actos decorrentes de gestão perante o Tribunal de Contas. Mudanças significativas foram visíveis também no funcionamento das bolsas de estudos para formação superior, uma vez que a oferta de bolsas da cooperação bilateral vem diminuindo, de ano para

54
¹⁹ Idem.

ano, transferindo o ônus do financiamento da formação superior para o Governo e para as famílias cabo-verdianas²⁰.

Fonte externo - O financiamento das actividades da educação está muito dependente de recursos externos, constituindo actualmente um ponto de debate entre o Ministério da Educação e a sociedade civil, considerando a escassez de recursos disponíveis no país e a capacidade de atracção através de fontes externas. E esses recursos à educação têm vindo de diversas fontes: empréstimos, donativos, fundos de contrapartida de ajuda alimentar e alguns de fontes nacionais. Estes têm servido para financiar projectos educativos, graças aos quais se conseguiu avanços consideráveis.

Em termos de financiamento externo, o sector educativo tem beneficiado de uma ajuda internacional importante, quer sob a forma de ajuda aos projectos de desenvolvimento quer sob a forma de ajuda alimentar que, por via dos fundos de contrapartida é canalizada para projectos de consolidação e melhoria do sistema educativo.

Vários parceiros se destacam, merecendo particular destaque a Holanda (melhoria do acesso à educação de base, reforço institucional dos serviços centrais e desconcentrados, formação de agentes educativos, construção de escolas, fornecimento de manuais); Portugal (disponibilização de professores, fornecimento de manuais, alfabetização, conversão de vagas e bolsas de estudo, apoio ao ensino superior); França (ensino da língua francesa, bolsas de estudo); Áustria (formação de professores e coordenadores pedagógicos, manutenção e reabilitação de infra – estruturas escolares, capacitação profissional, bolsas de estudos para formação superior em países terceiros); Luxemburgo (construção, equipamento e reabilitação de infra – estruturas escolares, formação profissional/ensino técnico, saúde escolar); Cuba (assistência técnica, bolsas de estudo); Suíça (bolsas de estudo, reparações escolares); Canárias e Espanha (ensino técnico/ profissional, alfabetização de adultos) e Bornefonden (apoio social, reparações escolares). A nível multilateral, Cabo Verde conta com o apoio dos organismos do Sistema das Nações Unidas: Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Fundo das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura (UNESCO), Programa Alimentar Mundial (PAM), Fundo das Nações Unidas para a população (FNUAP), e de

²⁰ Fonte: Ministério da educação. Relatório de conferência internacional de educação – Cabo Verde, GEP, educação, 2004.

entidades financeiros: Banco Mundial (BM), Banco Africana para Desenvolvimento (BAD), Banco Árabe de Desenvolvimento (BADEA), e Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP).

CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente trabalho permitiu extrair algumas conclusões que, são importantes dentro do sistema educativo cabo-verdiano. Constata-se que os indicadores da educação ajudam bastante na formulação das políticas educativas e na eficácia escolar.

Os indicadores da educação tem um grande papel a desempenhar no âmbito da política educativa. Eles fornecem informações imprescindíveis ao desenvolvimento e ao funcionamento do sistema educativo.

Um melhor conhecimento do sistema escolar conduz a um processo de pilotagem/monitorização das aprendizagens e permite uma maior eficácia do sistema.

O papel dos indicadores tem contribuído bastante para o desempenho e eficácia do sistema educativo, porque é através deles que se mede o controlo de avaliação das escolas, dos professores, e dos alunos. Só assim é que se sabe que medidas de políticas devem ser adoptadas na tomada de decisão.

Um bom indicador não é apenas uma medida suficiente de si mesmo, por isso, foram identificados vários indicadores no âmbito do presente trabalho que possa ajudar os decisores da educação a tomar medidas mais acertadas visando a melhoria da qualidade do sistema educativo.

Os indicadores são estatísticas por isso devemos sempre verificar se os rendimentos escolares reflectem os rendimentos reais dos alunos e que eles são efectivamente capazes de agir em situações complexas.

As informações devem ser publicadas o mais rapidamente possível, pois é importante poder reagir depressa, em caso de problemas graves, porque o tempo passa e o significado de um indicador muda.

Os indicadores fornecem pistas para a tomada de medidas de políticas educativas em favor da melhoria do processo do ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, Maria Manuela (2002). *“Educação e Classes Sociais em Cabo Verde”*. Spleen Edição. Praia.
- AKPABIE, Claude et Audinos Bernard. *« Les principoux indicateurs de l`education »*. module 2, IIPE-UNESCO, Dakar, 2001.
- BLAIS, Gui Jean et Mansa deite Souundiata *« lá convergente des Systèmes d`indicateurs ene educativa »*. CRIFPE 2002.
- CABRITO, Belmiro, *“Investigar e formar em educação”*. 1º Volume, Lisboa, 1995.
- CHU S, K, et Mputu Hilaire. *« développement d`un système d`indicateurs en Baroque de l`oust francophone»*. Secrétariat exécutive du forum éducation pour tous UNESCO, Paris, 2003.
- CLIMACO, Carmo. –*“A escola um objecto de estudo”*. 1995.
- DES LANDSHEERE, Gilbert. *“A pilotagem dos sistemas de educação”*. 1ª Edição, ASA, 1997.
- GEP, Educação, 2004 *“Relatório de Conferência Internacional de Educação”*. Cabo Verde.
- MECD GEDSE/PROMEF., Maio 2001. *“Relatório do custo unitário publico da educação”*Componente económica,
- MECD, Outubro 2003 - *Plano Nacional de Acção para todos - PNA-EPT”*.
- OAKES, J., Educational indicators. “a guide for policy makers”. 1986.;
- ODDEN, A., “Making sense of education indicators”. 1990.
- Quadro das despesas sectoriais a médio prazo - Ministério da Educação, 2005-2007”*.
- RASCÃO, José. “Análise estratégica e o sistema de informação para a tomada de decisão estratégica”. 2ª Edição. Outubro, 2001;
- SAWVAGEOT, Claude. *“Indicadores para la planificación de la educación”*. UNESCO, 1999.
- VARELA, Bartolomeu L. Manual de planeamento e Gestão de Instituições Educativas, Dezembro de 2004.

Documentos e normativos

- I Plano Nacional de Desenvolvimento*. Cabo Verde, 1982 – 1985.
- II Plano Nacional de Desenvolvimento*. Cabo Verde, 1986 – 1990.
- “III Plano Nacional de Desenvolvimento*. Cabo Verde, 1992 – 1995.
- IV Plano Nacional de Desenvolvimento*. Cabo Verde, 1997 – 2000.

V Plano Nacional de Desenvolvimento. Cabo Verde, 2002 – 2005.

Censo 2000. Praia: INE, Agosto de 2001.

Lei n.º 103/III/90 de 29 de Dezembro. Lei de Base do Sistema Educativo;

Decreto-lei n.º 4/01, de 1 de Fevereiro. Diploma de enquadramento pedagógico dos jardins-de-infância;

Decreto-lei n.º 43/2003, de 27 de Dezembro. Sistema de avaliação dos alunos do ensino básico.

Decreto-lei n.º 41/2003, de 27 de Outubro fala sobre regime de acesso e permanência no Ensino Secundário.

Portaria n.º 53/94, de 6 de Setembro. Plano curricular do ensino básico.

Portaria n.º 38/99, de 23 de Agosto. Sistema de avaliação dos formandos da Educação Básica de Adultos.